PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 19/2026

MODALIDADE

Inexigibilidade nº 014/2026

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD na Prática), MODALIDADE: PRESENCIAL, DATA PREVISTA: 16 DE 17 DE JULHO DE 2026. LOCAL: CUIABÁ-MT.

JULHO/2026

ÍNDICE

PORTARIA QUE INSTITUI OS MEMBROS QUE COMPÕEM A UNIDADE DE COMPRAS (AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO)	001 a 006
SOLICITAÇÃO SETORIAL	007 a 009
AUTORIZAÇÃO DO GESTOR PARA O ÍNICIO DO PROCESSO	010 a 012
CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO	013 A 014
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD	015 A 023
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP	024 A 025
TERMO DE REFERÊNCIA	026 A 047
ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA • CRONOGRAMA DO EVENTO • CURRICULUM DO PALESTRANTE • MINUTA DO EMPENHO	048 A 074
CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO TCE-MT.	075 A 076
ENQUADRAMENTO DO OBJETO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES	077 A 080
CÓDIGO DE CADASTRO DO FORNECEDOR	081 A 082
DOCUMENTOS DA EMPRESA	083 A 106
VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NA DATA 09/07/2026	107 A 129
ATUAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO: • COTAÇÕES/PROPOSTAS E BALIZAMENTO DE PREÇOS • DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO ART.23 DA LEI 14.133/2021 • RELÁTÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS	130 A 154
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	155 A 156
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA	157 A 164
AUTORIZAÇÃO DO GESTOR PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO	165 A 166

ADEQUAÇÃO DO CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO TCE-MT	167 A 169
MANIFESTAÇÃO DO AGENTE E CONTRATAÇÃO	170 A 176
PARECER JURÍDICO	177 A 197
VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NA DATA DA HOMOLOGAÇÃO	198 A 221
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO	222 A 224
ANEXOS	
ORDEM DE FORNECIMENTO	
PROCESSO DE CONTABILIZAÇÃO	
ENVIO INFORMAÇÕES PARA O APLIC	
RELATÓRIOS DO SISTEMA: • SOLICITAÇÃO DE COMPRAS • ATA DA REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS	
CERTIFICADOS	
RELATÓRIO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	

Fls. 003

RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO

Fls. 002

Publicado por afixação em local público de costumes em 20/02/24

Secretaria de Administração.

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 021/2024

Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação e dá outras providências.

Jose Carlos Batista, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei.

Considerando o art. 2º da Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente o que dispõe o seu artigo 8º; e

Considerando o disposto na Resolução nº 02/2023 de 13 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora **CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL**, efetiva no cargo de Agente Administrativa, Matrícula Funcional 449, para exercer a função gratificada de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** do Poder Legislativo de Itiquira-MT, com as atribuições descritas na Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024, bem como nas diretrizes definidas no Anexo I da Resolução nº 02/2023.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

Itiquira-MT, 20 de fevereiro de 2024

Jose Carlos Batista
Presidente
Gestão 2023-2024

Art. 2° - Designar a servidora Jaciane Almeida Campinas, devidamente inscrita no CPF sob o n° ***.854.729-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4° - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8° - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial da Portaria DLC n° 160/2023;

Itanhangá – MT, 20 de fevereiro de 2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Bruno Henrique Ascari Felix

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

DEP. DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PORTARIA DLC N° 026/2024

DATA: 20 de fevereiro de 2024.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1° a servidora Karina Rocha, inscrita no CPF n° ***.535.721-**, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 067/2023**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **MARCOS JOEL REICHERT LEDUR – ME**, inscrita no CNPJ sob o n° 26.929.692/0001-40, qual tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, LOCAÇÃO DE PALCO, TENDA E TELÃO, LOCAÇÃO DE SOM DE RUA E BANDA MUSICAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**. Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Aline Stefany Santos Souza, devidamente inscrita no CPF sob o n° ***.904.011-**, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4° - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8° - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial da Portaria DLC n° 179/2023;

Itanhangá – MT, 20 de fevereiro de 2024.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Bruno Henrique Ascari Felix

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

Fls. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 021/2024

Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação e dá outras providências.

Jose Carlos Batista, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei.

Considerando o art. 2º da Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente o que dispõe o seu artigo 8º; e

Considerando o disposto na Resolução nº 02/2023 de 13 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora **CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL**, efetiva no cargo de Agente Administrativa, Matrícula Funcional 449, para exercer a função gratificada de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**do Poder Legislativo de Itiquira-MT, com as atribuições descritas na Lei Municipal nº 1.247/2023, modificada pela Lei nº 1.288, de 08 de fevereiro de 2024, bem como nas diretrizes definidas no Anexo I da Resolução nº 02/2023.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrarias.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal.

Itiquira-MT, 20 de fevereiro de 2024

Jose Carlos Batista

Presidente

Gestão 2023-2024

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2024

Dispõe sobre a designação de Chefe Encarregado da Lei Geral de Proteção de Dados e dá outras providências.

Jose Carlos Batista, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (Gestão 2023/2024), no uso das atribuições que lhes confere a Lei.

Considerando o art. 6º da Lei Municipal nº 1.247/2023;

Considerando a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD); e

Fls. 004

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2026.

Publicado por afixação em local público de costumes em 05/02/26.
Secretaria de Administração.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

Considerando a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

Considerando as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

RESOLVE:

Art. 1º - A comissão de contratação e a equipe de apoio serão constituídas pelos seguintes membros:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

PRESIDENTE: Caroline de Oliveira Amaral, Matrícula Funcional 449;

MEMBRO: Maria Eduarda Oliveira Campos, Matrícula Funcional 534;

MEMBRO: Vitoria Novaes da Silva, Matricula Funcional 562.

EQUIPE DE APOIO:

PRESIDENTE: Joyce Cristina Silva de Oliveira, Matrícula Funcional 539;

MEMBRO: Keila Soraia Ferreira Silva, Matricula Funcional 561;

MEMBRO: Marilúcia Lins Rodrigues Cordeiro Feitosa, Matricula Funcional 550

Art. 2º - As atribuições são as descritas na Lei Federal nº14.133/21 e na Resolução nº 002/2023, desta casa Legislativa;

Art. 3º - Nos pregões, as atribuições de pregoeiro serão exercidas pela agente de contratação designada na Portaria Legislativa nº 021/2024.

Art. 4º - A Presidente da Equipe de Apoio será responsável pelas e assinaturas dos mapas comparativos;

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 05 de fevereiro de 2026.

Ediomar Gobbi
Vereador/Presidente
Gestão 2025/2026

Fls. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 022/2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei,

Considerando a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/21), a qual disciplina as normas gerais para as contratações públicas;

Considerando a lei de licitações 14.133, a qual foi regulamentada por esta casa legislativa através da Resolução nº 002/2023;

Considerando as determinações contidas no artigo 6º, inciso L e artigo 8º, §1º da Lei nº14.133/21;

ESOLVE:

Art. 1º - A comissão de contratação e a equipe de apoio serão constituídas pelos seguintes membros:

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:

PRESIDENTE: Caroline de Oliveira Amaral, Matrícula Funcional 449;

MEMBRO: Maria Eduarda Oliveira Campos, Matrícula Funcional 534;

MEMBRO: Vitoria Novaes da Silva, Matricula Funcional 562.

EQUIPE DE APOIO:

PRESIDENTE: Joyce Cristina Silva de Oliveira, Matrícula Funcional 539;

MEMBRO: Keila Soraia Ferreira Silva, Matricula Funcional 561;

MEMBRO: Marilúcia Lins Rodrigues Cordeiro Feitosa, Matricula Funcional 550

Art. 2º - As atribuições são as descritas na Lei Federal nº14.133/21 e na Resolução nº 002/2023, desta casa Legislativa;

Art. 3º - Nos pregões, as atribuições de pregoeiro serão exercidas pela agente de contratação designada na Portaria Legislativa nº 021/2024.

Art. 4º - A Presidente da Equipe de Apoio será responsável pelas e assinaturas dos mapas comparativos;

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 05 de fevereiro de 2026.

Ediomar Gobbi

Vereador/Presidente

Gestão 2025/2026

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato: Nº 146/2024

Contratante: Município de Itiquira/MT

Contratado(a): Jucineia de Fatima Gonçalves

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato a partir do dia 10 de fevereiro de 2026, a pedido da servidora.

Cargo: Neuropedagogo.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato: Nº 072/2025

Contratante: Município de Itiquira/MT

Contratado(a): Gilberto Aparecido Tenorio

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato a partir do dia 09 de fevereiro de 2026, a pedido do servidor.

Cargo: Servente de Pedreiro.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026.

Data da vigência: 02/02/2026 a 18/12/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): MAURA LIMA PEREIRA

Objeto: Contrato Administrativo nº 045/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 02/02/2026 a 18/12/2026, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026.

Data da vigência: 29/01/2026 a 18/12/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): CRISTIANE COIADO RAYSARO

Objeto: Contrato Administrativo nº 001/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 29/01/2026 a 18/12/2026, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de PROFESSOR NÍVEL II – ÁREA DE PEDAGOGIA - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026

Data da vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

CONTRATADO(A): GUSTAVO DE SOUZA ALENCAR

Objeto: Contrato Administrativo nº 049/2026 firmado entre as partes, pelo período compreendido de 02/02/2026 a 02/02/2027, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no cargo de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS -

Fls. 007

SOLICITAÇÃO SETORIAL

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 99/2026 – UCI

AO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EXMO. SR. EDIOMAR GOBBI
VEREADOR/PRESIDENTE

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO.

Excelentíssimo Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo cordialmente e solicitar **AUTORIZAÇÃO** para participar do curso: **GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (LGPD na Prática), Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso, a ser realizado pela empresa: De Carli Treinamentos Ltda "Capaccitar Brasil", CNPJ 65.953.657/0001-19.

Ressalta que, a pretensão de participar do respectivo curso, se dá em razão da necessidade de compreender melhor compreensão da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção da Dados Pessoais – LGPD), que por si, impõe à Administração Pública a adoção de medidas destinadas a assegurar o tratamento adequado dos dados pessoais, prevenindo acessos indevidos, vazamentos de informações e demais riscos que possam comprometer os direitos dos titulares e a segurança institucional.

Embora já temos a respectiva lei regulamentada nesta Casa de Leis, ainda restam por parte do controle interno, dúvidas sobre a aplicabilidade real das respectivas regras trazidas pela Lei, na documentação e divulgação de informações do Poder Legislativo Municipal

Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Maria de Fátima Gomes da Silva
Coordenadora de Controle Interno
Portaria Legislativa 094/2024.

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001117

Fls. 009

Número do processo: 000001117 Número Único: OOA.MWZ.M5J-VK

Requerente: COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 08/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO

Observação: CI N° 99/2026 UCI

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Fls. 030

AUTORIZAÇÃO DO GESTOR

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI GP 126/2026 **Itiquira - MT, 09 DE JULHO DE 2026.**

Da: GABINETE DO PRESIDENCIA

Para: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ILMA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA

Assunto: AUTORIZAÇÃO.

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente **AUTORIZAR** o início do Processo de contratação de empresa para capacitação de pessoal conforme solicitação da CI controle interno 099/2026 em anexo, para o objeto abaixo descrito:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (LGPD na Prática), .Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.

ITEM	PARTICIPANTE	MAT	CARGO
001	MARIA DE FATIMA GOMES DA SILVA	100	COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

EDIOMAR GOBBI:59270411168

Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.07.09 11:32:21 -03'00'

EDIOMAR GOBBI
Presidente (Gestão 2025/2026)

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000741/2026

Fls. 012

Número do processo: 000000741/2026 Número Único: P5G.KWP.VHM-WP

Requerente: GABINETE DA PRESIDÊNCIA CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 09/07/2026

Assunto: AUTORIZAÇÃO

Súmula: AUTORIZAÇÃO

Observação: CI GP 126/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. 013

CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

Fls. 039

Outlook

Inscrição curso - GESTãO DOCUMENTAL E PROTEçãO DE DADOS NA ADMINISTRAçãO PúBLICA (LGPD NA PRáTICA)

De Capaccitar <atendimento@capaccitar.com.br>
Data Qua, 08/07/2026 15:27
Para rhfatimamt@hotmail.com <rhfatimamt@hotmail.com>
Cc atendimento@capaccitar.com.br <atendimento@capaccitar.com.br>

Inscrição curso - GESTãO DOCUMENTAL E PROTEçãO DE DADOS NA ADMINISTRAçãO PúBLICA (LGPD NA PRáTICA)

Confirmação - A empresa CAPACCITAR CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELI confirma as inscrições do usuario(a) MARIA DE FATIMA GOMES DA SILVA, no curso GESTãO DOCUMENTAL E PROTEçãO DE DADOS NA ADMINISTRAçãO PúBLICA (LGPD NA PRáTICA), que irá ocorrer no dia 16/07/2026 / 17/07/2026; Seu número de inscrição: 08072026172732, obrigado!

Obrigado!

Fls. 015

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Fls. 026

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – CAPACITAÇÃO DE PESSOAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026

Órgão: Câmara Municipal de Itiquira	
Setor Requisitante: Secretaria de Administração	
Responsável pela Demanda: Maria Roseny Farias Lima	Matrícula Funcional 521
E-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br	(065) 3491-1514 Ramal 210

1. DESCRIÇÃO DA DEMANDA

1.1.O presente instrumento manifesta a necessidade de contratação de empresa para fornecimento de serviço de capacitação de pessoal, para a participação de 01 (uma) servidora efetiva (Maria de Fátima Gomes da Silva), no curso de capacitação "Gestão de Documentos e Proteção e Dados na Administração Pública (LGPD na prática), objetivando compreender melhor a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018)**, em razão de sua grande importância para a Administração Pública, tendo em vista que a mesma estabelece regras para a coleta, o tratamento, o armazenamento, o compartilhamento e a eliminação de dados pessoais pelos órgãos e entidades públicas. Seu objetivo é garantir a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade dos cidadãos, regras essas que devem aplicadas na Administração Pública, com o acompanhamento e orientação do Controle Interno.

2. OBJETO

2.1.O objeto do presente documento, consiste na contratação de empresa para fornecimento de capacitação de pessoal, para atender o objeto abaixo descrito:

Quantidade de Inscrição	01 (uma)
Descrição do curso	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (LGPD na Prática). Modalidade: Presencial Carga Horária: 14 horas

	Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026 Local: Cuiabá-Mato Grosso.
Código Classificação TCE-MT	00086670 (Código similar no formato e carga horária)

2.2 Participará do evento a servidora abaixo citada:

Nome	Cargo/Função	Matricula Funcional
Maria de Fátima Gomes da Silva	Coordenadora de Controle interno	100

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

3.1. Justifica-se a presente contratação com base no Capítulo V – da Capacitação, da Lei Municipal Nº 1186/2022 de 06 de maio de 2022, Art. 14, que determina a capacitação constante dos servidores, a fim de prepará-los para atender suas atribuições, bem como, para adaptação, com finalidade de preparar o servidor para novas tecnologias, conforme previsto no Art. 25, incisos II e III da respectiva Lei.

3.2. A participação do Coordenador de Controle Interno em curso de capacitação sobre Gestão Documental e Proteção de Dados na Administração Pública, justifica-se pela necessidade de constante aperfeiçoamento técnico dos agentes responsáveis pelas atividades de controle interno, fiscalização, auditoria e acompanhamento da gestão administrativa, considerando a crescente demanda por boas práticas de governança, transparência, segurança da informação e conformidade legal.

2

3.3. No desempenho de suas atribuições, a Coordenação de Interno atua na análise de processos administrativos, auditorias, inspeções, fiscalização da aplicação dos recursos públicos e avaliação da regularidade dos atos administrativos. Essas atividades envolvem o acesso, a análise, o armazenamento e o tratamento de documentos e informações que frequentemente contêm dados pessoais e informações sensíveis, exigindo conhecimento atualizado sobre gestão documental, preservação de documentos públicos, segurança da informação e proteção de dados.

3.4. A adequada gestão documental constitui instrumento essencial para garantir a organização, autenticidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade das informações produzidas e recebidas pela Administração Pública, favorecendo a eficiência administrativa, a transparência, a preservação da memória institucional e

o atendimento às exigências legais relativas ao acesso à informação, ao controle interno e à prestação de contas.

3.5. Paralelamente, a observância da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) impõe à Administração Pública a adoção de medidas destinadas a assegurar o tratamento adequado dos dados pessoais, prevenindo acessos indevidos, vazamentos de informações e demais riscos que possam comprometer os direitos dos titulares e a segurança institucional.

3.6. A capacitação proporcionará a Coordenadoria de Controle Interno conhecimentos técnicos sobre políticas de gestão documental, classificação e temporalidade de documentos, preservação de arquivos físicos e digitais, segurança da informação, governança de dados, gestão de riscos e conformidade com a LGPD, fortalecendo sua atuação na orientação dos gestores, na avaliação dos controles internos e na proposição de medidas preventivas e corretivas voltadas ao aprimoramento da gestão pública.

3.7 Os conhecimentos adquiridos poderão ser aplicados diretamente na melhoria dos procedimentos internos da Administração, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de controle, a redução de riscos administrativos, a proteção das informações institucionais, a conformidade com a legislação vigente e o aumento da eficiência, da transparência e da segurança jurídica dos atos administrativos.

3

3.8 Dessa forma, a participação do Coordenador de Controle Interno no referido curso atende ao interesse público e aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, transparência, representando investimento na qualificação da servidora e no aperfeiçoamento contínuo da gestão pública, com reflexos positivos na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

4 EMENTA DO CURSO

4.1. Conforme programação apresentada pela empresa, o curso terá a ementa abaixo disposta:

Módulo 1 — Fundamentos da Gestão Documental na Administração Pública.

- Conceitos essenciais de gestão documental.
- Importância da organização documental para a eficiência administrativa.
- Ciclo de vida dos documentos públicos.
- Produção, classificação, tramitação, arquivamento e destinação de documentos.
- Boas práticas para organização e controle de documentos físicos e digitais.

Módulo 2 — Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD Aplicada ao Setor Público.

- Noções gerais da LGPD.
- Dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
- Princípios da proteção de dados.
- Bases legais para o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública.
- Direitos dos titulares de dados.
- Responsabilidades dos órgãos públicos no tratamento de informações.

Módulo 3 — Gestão de Dados, Documentos e Informações Institucionais.

- Tratamento adequado de dados pessoais em processos administrativos.
- Compartilhamento de dados entre setores e órgãos públicos.
- Controle de acesso a documentos e informações.
- Cuidados com documentos contendo dados pessoais e sensíveis.
- Transparência pública, acesso à informação e proteção de dados.

Módulo 4 — Segurança da Informação e Boas Práticas Institucionais.

4

- Medidas preventivas para proteção de documentos e dados.
- Riscos relacionados ao uso inadequado de informações.
- Procedimentos internos para evitar vazamento, perda ou uso indevido de dados.
- Cuidados com e-mails, sistemas, arquivos digitais, pastas compartilhadas e documentos físicos.
- Cultura organizacional voltada à proteção de dados.

Módulo 5 — Implementação Prática da LGPD e da Gestão Documental.

- Diagnóstico das rotinas documentais e dos fluxos de dados.
- Mapeamento de processos que envolvem tratamento de dados pessoais.
- Adequação de documentos, formulários, cadastros e procedimentos internos.
- Papel dos servidores, gestores e encarregados no processo de adequação.
- Construção de boas práticas para melhoria contínua da gestão documental e da proteção de dados.

5 DO CURRICULUM DO PROFESSOR

5.1. O curso será ministrado pela Sra. Fábia de Paula e Carmo Almeida, Advogada, atuante desde 2012, com sólida formação nas áreas de Direito Digital, Proteção de Dados, Direito Administrativo, Administração Pública, Compliance e Segurança da Informação. Possui especialização em Direito Digital e Proteção de Dados

pela EBRADI e em Direito Administrativo e Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT. É bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande — UNIVAG. Conta ainda com formação complementar em Compliance Anticorrupção pela LEC — Legal, Ethics & Compliance, além de certificação internacional pela EXIN em Information Security Foundation based on ISO/IEC 27001 — ISFS. Também possui certificações em Privacy & Data Protection Foundation e Privacy & Data Protection Practitioner pelo IDESP.

6. FUDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1. A presente contratação se enquadra no caso de inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74 da Lei 14.133/2021, já que a capacitação profissional exercida se enquadra nas disposições do Art. III deste artigo, alínea "I" treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, conforme abaixo transcrito:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

5

7. DIMENSIONAMENTO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

7.1. Para ação de contratação, pretende-se contratar os serviços de desenvolvimento de competências conforme tabela abaixo descrito:

Item	Descrito do Evento	Código TCE-MT	Unidade de Fornecimento	Qtde Total	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE	00086670 (Código similar no formato e carga horária)	Unidade	1	1.740,00	1.740,00

	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD NA PRÁTICA).** Modalidade: Presencial Carga Horária: 14 horas Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026 Local: Cuiabá-Mato Grosso					
TOTAL				**1**		**1.740,00**

8. DA EMPRESA

8.1. A empresa responsável pela realização do evento será:

Nome Empresarial	DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
Nome Fantasia	CAPACCITAR BRASIL
CNPJ	65.953.657/0001-19
Endereço	Rua: Barão de Melgaço, N° 3988, Edif. Leblon, Apto 808, CEP 78.005-300, Bairro: Centro-Norte, Cuiabá – Mato Grosso, Tel: (65) 9915-6662, Email: vanessa_carli@hotmail.com.
Socia Administrativa	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES

8.2. A escolha da De Carli Treinamentos Ltda. fundamenta-se na demonstração de sua capacidade técnica para a execução do objeto pretendido, bem como na compatibilidade entre sua finalidade empresarial e os serviços a serem contratados.

8.3 Embora a empresa tenha sido recentemente constituída, tal circunstância, por si só, não constitui impedimento para sua contratação, uma vez que a legislação vigente não estabelece tempo mínimo de existência como requisito para a celebração de contratos com a Administração Pública.

8.4 Cumpre destacar que a empresa foi criada com o propósito específico de atuar na prestação de serviços de capacitação, consultoria e treinamentos, possuindo objeto social compatível com a demanda apresentada. Além disso, sua estrutura operacional encontra-se apta à execução dos serviços, dispondo dos recursos humanos e administrativos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas.

8.5 Ressalta-se, ainda, que a capacidade técnica da empresa decorre da experiência profissional de seus responsáveis e da equipe técnica envolvida na execução dos

treinamentos, composta por profissionais com reconhecida atuação em suas respectivas áreas de especialização, circunstância que assegura a qualidade da prestação dos serviços.

8.6 A Administração deve pautar a escolha do contratado na demonstração da aptidão para executar o objeto contratado, observando os princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, não sendo o tempo de constituição da pessoa jurídica critério legal para aferição da capacidade de execução.

8.7 Dessa forma, considerando a compatibilidade do objeto social, a qualificação da equipe técnica, a estrutura disponível e a aptidão demonstrada para a execução dos serviços, conclui-se que a De Carli Treinamentos Ltda. reúne as condições necessárias para atender satisfatoriamente ao objeto da contratação.

8.8 **Local do Evento**: O curso será realizado no **ESPAÇO CDL CUIABÁ** - Rua Cândido Mariano, nº 775-801 - Centro Norte, Cuiabá, Mato Grosso. Contato: Vânia 67 99638 2703 WhatsApp ou 67 3348 3300.

8.9. A Carga horária do respectivo evento será de 14 horas aula - Horário do primeiro dia: das 08:00 as 17:30 – 1.30 de almoço. Segundo Dia: das 07:00 as 13:00 horas.

8.10.A ementa de horário e data poderá se alteração por iniciativa da empresa contratada, desde que pré avisado, a contratante, com no mínimo 24 horas de antecedência

7

9. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O serviço deverá ser executado em conformidade com o cronograma do curso, obedecendo a seguinte metodologia:
- Aulas Expositivas: Conceitos e fundamentos.
- Estudo de Casos: Exemplos reais aplicados no dia a dia.
- Debates e Dinâmicas: Troca de experiências entre participantes.
- Oficinas Práticas: Elaboração de programas e simulações.

9.2. Cabe a empresa:

•**Fornecer Apoio Logístico:** Garantir toda a estrutura necessária para a realização do evento;
• **Disponibilizar o Local do Evento:** Assegurar um espaço adequado para a realização do treinamento;

• **Providenciar Facilitador(a):** Disponibilizar profissional qualificado para ministrar o treinamento;

• **Fornece Material Didático:** Disponibilizar itens como caderno, apostila, caneta e marca-texto para os participantes;

• **Oferecer Coffee Break:** Garantir o serviço de coffee break durante o evento.

Emitir Certificado: Fornecer certificado aos participantes (mediante participação de no mínimo 75% do evento), contendo carga horária e o conteúdo programático.

9.3 . Política de Cancelamento

Cancelamento pelo Participante: O cancelamento da inscrição poderá ser realizado com até 7 (sete) dias úteis de antecedência ao evento. Após este prazo, não será possível cancelar, mas será permitida a substituição do participante.

Cancelamento pela Empresa: A empresa poderá cancelar ou adiar o evento por motivos operacionais, comunicando a Contratante com antecedência razoável.

Alterações: A empresa reserva-se o direito de ajustar a programação, incluindo a substituição de palestrantes, em casos de indisponibilidade ou por força maior.

10. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

10.1. O Respectivo objeto está devidamente previsto no Plano Anual de Contratações desta Casa de Leis, Tópico 42, item 1, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 004/2025.

Itiquira-MT, 09 de julho de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Portaria n° 001/2025

Ediomar Gobbi
Vereador/Presidente
Gestão 2025/2026

Fls. 024

JUSTIFICATIVA

ETP

JUSTIFICATIVA DE NÃO ENCAMINHAMENTO DO DOCUMENTO "ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR"

PROCESSO ADIMINISTRATIVO nº 019/2026

Unidade Gestora:	Câmara Municipal de Itiquira-MT.
Código de UG:	1115971
Modalidade:	Inexigibilidade de licitação (Lei 14.133/2021, art. 74)
Situação da Carga:	1 – Abertura
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (LGPD na Prática). Modalidade: Presencial Carga Horária: 14 horas Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026 Local: Cuiabá-Mato.

Vimos por meio deste justificar a não inclusão do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no envio da carga do processo licitatório supracitado, tendo em vista que:

(X) O documento não foi formalizado em razão da natureza de objeto e da simplicidade da contratação;

( ) A licitação refere-se à adesão à Ata de registro de preços, e o ETP já consto no processo original conduzido pela entidade gerenciadora.

( ) Outo motivo (descrever): _____

Declaramos ainda que está justificativa está de acordo com os procedimentos internos da unidade e será mantida arquivada junto ao processo físico ou digital de contratação.

Itiquira-MT, 07 de julho de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Matricula Funcional 521
Portaria Nº 001/2025

Fls. 026

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO – CAPACITAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1.O presente termo tem como objeto a contratação de serviços para oferta de 01 (uma) vagas de capacitação para de 01 (uma) servidora efetiva, abaixo descrito, lotado na Coordenadoria de Controle Interno, a ser realizado pela empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, nome fantasia: **CAPACCITAR BRASIL, estabelecida** Rua: Barão de Melgaço, N° 3988, Edif. Leblon, Apto 808, CEP 78.005-300, Bairro: Centro-Norte, Cuiabá - Mato Grosso, Tel: (65) 9915-6662, Email: vanessa_carli@hotmail.com, Representada por Vanessa Arruda de Carli Esteves (Sócia Administradora), objetivando a melhor compreensão da servidora, sobre a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018)**, em razão de sua grande importância para a Administração Pública, tendo em vista que a mesma estabelece regras para a coleta, o tratamento, o armazenamento, o compartilhamento e a eliminação de dados pessoais pelos órgãos e entidades públicas. Seu objetivo é garantir a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade dos cidadãos, regras essas que devem aplicadas na Administração Pública, com o acompanhamento e orientação do Controle Interno.

1.2. Participará do evento o servidor abaixo descrito:

Nome	Cargo/Função	Matricula Funcional
Maria de Fátima Gomes da Silva	Coordenadora de Controle interno	100

1.3. Base Legal:

- Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021;
- Resolução Legislativa 02/2023 de 13 de fevereiro de 2023;
- Plano Anual Compras, aprovado pelo decreto 04/2025 de 11 de dezembro de 2025 (tópico. 42, item 01, página 39).

2. DO OBJETO

2

2.1. O objeto da presente contratação consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (LGPD na Prática), Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justifica-se a presente contratação com base no Capítulo V – da Capacitação, da Lei Municipal Nº 1186/2022 de 06 de maio de 2022, Art. 14, que determina a capacitação constante dos servidores, a fim de prepará-los para atender suas atribuições, bem

como, para adaptação, com finalidade de preparar o servidor para novas tecnologias, conforme previsto no Art. 25, incisos II e III da respectiva Lei.

3.2. A participação do Coordenador de Controle Interno em curso de capacitação sobre Gestão Documental e Proteção de Dados na Administração Pública, justifica-se pela necessidade de constante aperfeiçoamento técnico dos agentes responsáveis pelas atividades de controle interno, fiscalização, auditoria e acompanhamento da gestão administrativa, considerando a crescente demanda por boas práticas de governança, transparência, segurança da informação e conformidade legal.

3.3. No desempenho de suas atribuições, a Coordenação de Interno atua na análise de processos administrativos, auditorias, inspeções, fiscalização da aplicação dos recursos públicos e avaliação da regularidade dos atos administrativos. Essas atividades envolvem o acesso, a análise, o armazenamento e o tratamento de documentos e informações que frequentemente contêm dados pessoais e informações sensíveis, exigindo conhecimento atualizado sobre gestão documental, preservação de documentos públicos, segurança da informação e proteção de dados.

3.4. A adequada gestão documental constitui instrumento essencial para garantir a organização, autenticidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade das informações produzidas e recebidas pela Administração Pública, favorecendo a eficiência administrativa, a transparência, a preservação da memória institucional e o atendimento às exigências legais relativas ao acesso à informação, ao controle interno e à prestação de contas.

3.5. Paralelamente, a observância da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) impõe à Administração Pública a adoção de medidas destinadas a assegurar o tratamento adequado dos dados pessoais, prevenindo acessos indevidos, vazamentos de informações e demais riscos que possam comprometer os direitos dos titulares e a segurança institucional.

3.6. A capacitação proporcionará a Coordenadoria de Controle Interno conhecimentos técnicos sobre políticas de gestão documental, classificação e temporalidade de documentos, preservação de arquivos físicos e digitais, segurança da informação, governança de dados, gestão de riscos e conformidade com a LGPD, fortalecendo sua atuação na orientação dos gestores, na avaliação dos controles internos e na proposição de medidas preventivas e corretivas voltadas ao aprimoramento da gestão pública.

3.7. Os conhecimentos adquiridos poderão ser aplicados diretamente na melhoria dos procedimentos internos da Administração, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de controle, a redução de riscos administrativos, a proteção das informações institucionais, a conformidade com a legislação vigente e o aumento da eficiência, da transparência e da segurança jurídica dos atos administrativos.

3.8. Dessa forma, a participação do Coordenador de Controle Interno no referido curso atende ao interesse público e aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, transparência, representando investimento na qualificação da servidora e no aperfeiçoamento contínuo da gestão pública, com reflexos positivos na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

4

4. DA JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

4.1. A presente contratação será realizada através de **inexigibilidade de licitação nos termos dos artigos art. 74, III, *f*, da lei 14.133/2021 – Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal, em razão da notoriedade da empresa.**

4.2. A inexigibilidade, nas palavras de Marçal Justen Filho, é uma "imposição da realidade extranormativa" (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18. ed. São Paulo: RT, 2019, p. 594). Como decorrência disso, o rol dos incisos do artigo 74 da Lei nº 14.133 se afigura como meramente exemplificativo

– "*numerus apertus*". Isso porque é impossível sistematizar todos os eventos dos quais decorrem uma inviabilidade de competição.

1) ausência de pluralidade de competidores no mercado (ex: o bem licitado apenas é fornecido por um único sujeito);

4.3. O TCU (Tribunal de Contas da União) já decidiu reiteradas vezes, que a despesa com a participação de agentes públicos em cursos de capacitação não exige licitação, conforme processo TCU -DC-0439-27/98- P e publicação DOU de 05.02.2010, S. 1, p. 99., em razão da inviabilidade de competição e na presença dos requisitos caracterizadores: serviço técnico especializado, natureza singular do serviço e notória especialização da contratada.

5. DA SINGULARIDADE DO SERVIÇO DA ESCOLHA DA EMPRESA

5

5.1. O curso será ministrado pela empresa abaixo qualificada:

Nome Empresarial	DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
Nome Fantasia	**CAPACCITAR BRASIL**
CNPJ	65.953.657/0001-19
Endereço	Rua: Barão de Melgaço, N° 3988, Edif. Leblon, Apto 808, CEP 78.005-300, Bairro: Centro-Norte, Cuiabá - Mato Grosso, Tel: (65) 9915-6662, Email: vanessa_carli@hotmail.com.
Socia Administrativa	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES

5.2. A escolha da De Carli Treinamentos Ltda. fundamenta-se na demonstração de sua capacidade técnica para a execução do objeto pretendido, bem como na compatibilidade entre sua finalidade empresarial e os serviços a serem contratados.

5.3 Embora a empresa tenha sido recentemente constituída, tal circunstância, por si só, não constitui impedimento para sua contratação, uma vez que a legislação vigente não estabelece tempo mínimo de existência como requisito para a celebração de contratos com a Administração Pública.

5.4 Cumpre destacar que a empresa foi criada com o propósito específico de atuar na prestação de serviços de capacitação, consultoria e treinamentos, possuindo objeto social compatível com a demanda apresentada. Além disso, sua estrutura operacional encontra-se apta à execução dos serviços, dispondo dos recursos humanos e administrativos necessários para o cumprimento das obrigações assumidas.

55 Ressalta-se, ainda, que a capacidade técnica da empresa decorre da experiência profissional de seus responsáveis e da equipe técnica envolvida na execução dos treinamentos, composta por profissionais com reconhecida atuação em suas respectivas áreas de especialização, circunstância que assegura a qualidade da prestação dos serviços.

6

5.6 A Administração deve pautar a escolha do contratado na demonstração da aptidão para executar o objeto contratado, observando os princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, não sendo o tempo de constituição da pessoa jurídica critério legal para aferição da capacidade de execução.

5.7 Dessa forma, considerando a compatibilidade do objeto social, a qualificação da equipe técnica, a estrutura disponível e a aptidão demonstrada para a execução dos serviços, conclui-se que a De Carli Treinamentos Ltda. reúne as condições necessárias para atender satisfatoriamente ao objeto da contratação.

6.CRONOGRAMA DA PROGRAMAÇÃO DO CURSO

6.1. Constituem módulos do curso:

Módulo 1 — Fundamentos da Gestão Documental na Administração Pública.

- Conceitos essenciais de gestão documental.
- Importância da organização documental para a eficiência administrativa.
- Ciclo de vida dos documentos públicos.
- Produção, classificação, tramitação, arquivamento e destinação de documentos.
- Boas práticas para organização e controle de documentos físicos e digitais.

Módulo 2 — Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD Aplicada ao Setor Público.

- Noções gerais da LGPD.
- Dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
- Princípios da proteção de dados.
- Bases legais para o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública.
- Direitos dos titulares de dados.
- Responsabilidades dos órgãos públicos no tratamento de informações.

7

Módulo 3 — Gestão de Dados, Documentos e Informações Institucionais.

- Tratamento adequado de dados pessoais em processos administrativos.
- Compartilhamento de dados entre setores e órgãos públicos.
- Controle de acesso a documentos e informações.
- Cuidados com documentos contendo dados pessoais e sensíveis.
- Transparência pública, acesso à informação e proteção de dados.

Módulo 4 — Segurança da Informação e Boas Práticas Institucionais.

- Medidas preventivas para proteção de documentos e dados.
- Riscos relacionados ao uso inadequado de informações.
- Procedimentos internos para evitar vazamento, perda ou uso indevido de dados.
- Cuidados com e-mails, sistemas, arquivos digitais, pastas compartilhadas e documentos físicos.
- Cultura organizacional voltada à proteção de dados.

Módulo 5 — Implementação Prática da LGPD e da Gestão Documental.

- Diagnóstico das rotinas documentais e dos fluxos de dados.
- Mapeamento de processos que envolvem tratamento de dados pessoais.
- Adequação de documentos, formulários, cadastros e procedimentos internos.
- Papel dos servidores, gestores e encarregados no processo de adequação.
- Construção de boas práticas para melhoria contínua da gestão documental e da proteção de dados.

7. DO CURRICULUM DO PROFESSOR

7.1. O curso será ministrado pela Sra**. Fábia de Paula e Carmo Almeida,** Advogada, atuante desde 2012, com sólida formação nas áreas de Direito Digital, Proteção de Dados, Direito Administrativo, Administração Pública, Compliance e Segurança da Informação. Possui especialização em Direito Digital e Proteção de Dados pela EBRADI e em Direito Administrativo e Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT. É bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande — UNIVAG. Conta ainda com formação complementar em Compliance Anticorrupção pela LEC — Legal, Ethics & Compliance, além de certificação internacional pela EXIN em Information Security Foundation based on ISO/IEC 27001 — ISFS. Também possui

certificações em Privacy & Data Protection Foundation e Privacy & Data Protection Practitioner pelo IDESP.

8. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O escopo da presente contratação é o treinamento, através treinamento presencial, no totalizando 14 h/aulas, com certificado de conclusão, condicionado a participação mínima de 75% do evento.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Para ação de contratação, pretende-se contratar os serviços de desenvolvimento de competências conforme tabela abaixo.

9

9.2. **Do Valor Global** não poderá ultrapassar R$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta) conforme abaixo descrito:

Item	Descrito do Evento	Código TCE-MT	Unidade de Fornecimento	Qtde Total	Valor Unitário R$	Valor Total R$
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E**	00086670 (Código similar no formato e carga horária)	Unidade	**1**	1.740,00	1.740,00

	PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD NA PRÁTICA). Modalidade: Presencial Carga Horária: 14 horas Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026 Local: Cuiabá-Mato Grosso					
TOTAL				**1**		**1.740,00**

9.3. **Do Pagamento:** O pagamento poderá ser realizado por transferência bancária, PIX ou depósito bancário em nome da empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ n. **65.953.657/0001-19**, por meio do **Banco do Brasil**, Agência **2363-9**, Conta Corrente **76611-9**, ou via **PIX**, utilizando a chave **65.953.657/0001-19**.

10

9.4. Da Nota Fiscal**:** A nota fiscal deverá ser emitida em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, inscrita no CNPJ 00.176.362/0001-38.

9.5. O pagamento será realizado a adjudicatária mediante apresentação da nota fiscal e documentos de habilitação da empresa.

9.6. Constatando qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento, fluirá a partir respectiva regularização.

9.7. A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*".

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

9.9. O pagamento efetuado à contratada não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao objeto.

9.10. No preço a ser pago, deverão estar inclusos todas as despesas inerentes a salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, enfim, todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto da licitação.

9.11. A Câmara efetuará a retenção dos impostos locais, quando for o caso.

9.12 A contratada, para fazer jus ao pagamento, deverá estar devidamente habilitada, apresentando as seguintes certidões:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (ou equivalente) ou equivalente.
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- Outros documentos que se julgar necessário

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa oriunda dessa aquisição, correrão por conta da dotação abaixo descrita:

FICHA		**08**
ÓRGÃO	CÂMARA MUNICIPAL	01
UNIDADE	CÂMARA MUNICIPAL	001

FUNÇÃO	LEGISLATIVA	1
SUBFUNÇÃO	AÇÃO LEGISLATIVA	31
PROGRAMAS	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
PROJETO / ATIVIDADE	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
NATUREZA DA DESPESA	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

11. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1. **O instrumento contratual será substituído por nota de empenho, nos termos do Artigo 95, caput, da Lei 14.133/2021, visto que o prazo de execução do serviço e seu valor, o que não ultrapassa o limite de isenção da modalidade, não se verifica prejuízo à execução ou à segurança da contratação**.

12

12. LOCAL E HORÁRIO DO EVENTO

12.1. A carga horária será de 14 horas, de forma presencial, conforme descrito no cronograma da empresa, neste termo.

12.2. **Local do Evento**: O curso será realizado no **ESPAÇO CDL CUIABÁ** - Rua Cândido Mariano, nº 775-801 - Centro Norte, Cuiabá, Mato Grosso. Contato: Vânia 67 99638 2703 WhatsApp ou 67 3348 3300.

12.3. A ementa de horário e data poderá se alteração por iniciativa da empresa contratada, desde que pré avisado, a contratante, com no mínimo 24 horas de antecedência.

12.3. Política de Cancelamento

• **Cancelamento pelo Participante**: O cancelamento da inscrição poderá ser realizado com até 7 (sete) dias úteis de antecedência ao evento. Após este prazo, não será possível cancelar, mas será permitida a substituição do participante.

• **Cancelamento pela Empresa**: A Capaccitar Treinamentos poderá cancelar ou adiar o evento por motivos operacionais, comunicando a Contratante com antecedência razoável.

• **Alterações:** A Capaccitar reserva-se o direito de ajustar a programação, incluindo a substituição de palestrantes, em casos de indisponibilidade ou por força maior.

13. DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13

13.1. O serviço deverá ser executado em conformidade com o cronograma do curso, obedecendo a seguinte metodologia:

• Aulas Expositivas: Conceitos e fundamentos.

• Estudo de Casos: Exemplos reais aplicados no dia a dia.

• Debates e Dinâmicas: Troca de experiências entre participantes.

• Oficinas Práticas: Elaboração de programas e simulações.

13-2. Cabe a empresa:

- **Fornecer Apoio Logístico:** Garantir toda a estrutura necessária para a realização do evento;
- **Disponibilizar o Local do Evento:** Assegurar um espaço adequado para a realização do treinamento;
- **Providenciar Facilitador(a):** Disponibilizar profissional qualificado para ministrar o treinamento;
- **Fornece Material Didático:** Disponibilizar itens como caderno, apostila, caneta e marca-texto para os participantes;
- **Oferecer Coffee Break:** Garantir o serviço de coffee break durante o evento.
- **Emitir Certificado:** Fornecer certificado aos participantes, contendo carga horária e o conteúdo programático.

14. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

14.1. Prestar o serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste termo de referência, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente;

14.2. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, relativos a tributos de qualquer natureza, decorrência da sua condição de empregadora, oriundas da presente contratação.

14.3. Entregar objeto em sua integralidade;

14.4. Emitir certificados para os participantes (mediante participação de no mínimo 75% do evento.

14.5 Fornecer o cooffe break, todos os dias do evento.

Fls. 041

15. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

15.1. Emitir a nota de empenho para garantir o pagamento da despesa;

15.2. Receber e atestar a nota fiscal de serviço, através do setor demandante, garantindo que o serviço foi executado a contento;

15.3. Efetuar o pagamento na forma prevista neste termo;

15.4. Efetuar as inscrições dos participantes, através de envio para a contratada, no nome completo e e-mail de cada um;

15.5. Fiscalizar o processo de conclusão do curso, mediante recebimento do certificado da servidora, o qual será anexado no respectivo processo.

16. DAS SANCÕES/INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, ainda, nos termos do art. 155 da Lei nº. 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1) A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

2) A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133/2021.

3) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

4) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

16.3. Para as penalidades previstas neste termo de referência será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme prevê o art.157 da Lei 14.133/2021.

17.DAS PENALIDADES CABÍVEIS

17.1. Aplica-se, no caso de descumprimento do contrato as penalidades previstas na Lei, 14.133 e alterações.

18. PROPRIEDADE, SEGURANÇA E SIGILO

18.1. Quanto a Lei Geral de Proteção de Dados, são obrigações dos PARTÍCIPES, regras trazidas pela Lei 13.709/2018 ("LGPD").

a) Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD"). 17

b) A CONTRATADA, na qualidade de Operadora dos Dados Pessoais, deverá trata-los única e exclusivamente para as finalidades estabelecidas neste instrumento, ou conforme orientação por escrito fornecida pelo CONTRATANTE.

c) O CONTRATANTE, na qualidade de controlador dos Dados Pessoais, observará a legislação aplicável a matéria nas decisões relativas ao tratamento dos Dados Pessoais, sendo totalmente responsável pelo eventual descumprimento das normas legais, quando previamente alertada pela CONTRATADA.

d) Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste processo ou das orientações fornecidas pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE.

e) Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), a CONTRATADA declara:

e.1 tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco do CONTRATANTE;

e.2 tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pelo CONTRATANTE;

e.3 conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;

e.4 implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruicão, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;

e.5 assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

f) A CONTRATADA manterá os Dados Pessoais e Informações Confidenciais sob programas de segurança, incluindo a adoção e a aplicação de políticas e procedimentos internos, elaborados para:

(a) identificar riscos prováveis e razoáveis para segurança e acessos não autorizados à sua rede; e

(b) minimizar riscos de segurança, incluindo avaliação de riscos e testes regulares.

g) A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do processo e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível.

h) O CONTRATANTE possui amplos poderes para fiscalizar e supervisionar o cumprimento das obrigações de que trata esta cláusula, inclusive in loco, na sede da CONTRATADA, desde que, neste caso, avise com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), e pode, ainda, a qualquer tempo, exigir os elementos comprobatórios correspondentes.

i) A CONTRATADA se compromete a responder todos os questionamentos feitos pelo O CONTRATANTE que envolvam dados pessoais repassados e a LGPD, no prazo de 5 dias úteis, sem prejuízos dos demais deveres ajustados neste instrumento.

19. DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

19.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições do direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste termo e da proposta vencedora.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A nota fiscal deverá ser encaminhada para o email secretaria@itiquira.mt.leg.br.

20.2. Conforme prerrogativas do Art. 176 da Lei 14.133/2021, a publicação da homologação, será feita no site oficial da Câmara Municipal de Itiquira:

www.itiquira.mt.leg.br e no site da AMM – Associação Mato-grossense dos Município:www.amm.org.br, Lei Municipal 558/2006.

21. DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itiquira, para dirimir dúvidas oriundas dos contratos.

22. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

22.1. Atesto para os devidos fins que o Termo de Referência foi elaborado observando as normas pertinentes, sendo definido o objeto de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que vedem ou limitem o caráter competitivo, com previsão na LOA e PPA para fazer frente às despesas.

20

Itiquira-MT, 09 de julho de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Secretária de Administração
Portaria n° 001/2025

23. DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIZAÇÃO COMPETENTE

23.1. Aprovo o presente Termo de Referência em conformidade com o Art. 6º, inciso XXIII da Lei 14.133/2021.

Itiquira-MT, 09 de julho de 2026.

Ediomar Gobbi
Presidente
(Gestão 2025/2026)

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

Fls. 098

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Fls 049

CRONOGRAMA DO EVENTO

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 050

CURSO

Gestão Documental e Proteção de Dados na Administração Pública

(LGPD na Prática)

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

PROPOSTA DE INVESTIMENTO

A Capaccitar Brasil é especializada na formação de servidores públicos, oferecendo capacitações técnicas e práticas que fortalecem a eficiência e a segurança da gestão pública. Com metodologia clara, instrutores qualificados e foco na aplicabilidade imediata, entregamos soluções que desenvolvem competências e contribuem para resultados concretos nos órgãos públicos. Nosso compromisso é ser uma parceira estratégica na modernização e no aprimoramento contínuo da administração pública.

1. Apresentação do Curso

A gestão documental e a proteção de dados pessoais tornaram-se temas essenciais para a Administração Pública, especialmente diante das exigências da Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD e da necessidade de modernização dos processos administrativos.

Os órgãos públicos lidam diariamente com grande volume de documentos, informações sensíveis, dados de servidores, cidadãos, fornecedores e usuários dos serviços públicos. Por isso, é fundamental que os profissionais compreendam como organizar, tratar, armazenar, compartilhar e proteger essas informações de forma segura, eficiente e em conformidade com a legislação vigente.

O curso **Gestão Documental e Proteção de Dados na Administração Pública — LGPD na Prática** tem como objetivo capacitar servidores públicos para atuarem de forma mais segura e estratégica na organização documental, no tratamento de dados pessoais e na implementação de boas práticas voltadas à proteção da informação no ambiente público.

A capacitação apresenta uma abordagem prática, acessível e aplicada à realidade dos órgãos públicos, contribuindo para o fortalecimento da governança, da transparência, da segurança da informação e da eficiência administrativa.

Fls. 052

2. A Quem se Destina

O curso é destinado a servidores públicos de todas as esferas e poderes que atuam direta ou indiretamente com documentos, informações institucionais, dados pessoais, processos administrativos e atendimento ao cidadão.

É especialmente indicado para gestores públicos, assessores, analistas, técnicos, procuradores, profissionais das áreas administrativas, jurídicas, controle interno, recursos humanos, protocolo, arquivo, ouvidoria, tecnologia da informação, compras, licitações, contratos, comunicação, atendimento ao público e demais setores que realizam coleta, tratamento, armazenamento ou compartilhamento de dados e documentos.

Também é recomendado para equipes envolvidas na implementação da LGPD, gestão documental, segurança da informação, transparência pública, governança, controle e melhoria dos processos internos.

3. Benefícios do Treinamento

- Compreensão prática sobre gestão documental e proteção de dados no contexto da Administração Pública.
- Aplicação dos principais conceitos da LGPD nas rotinas administrativas dos órgãos públicos.
- Melhoria na organização, guarda, controle, tramitação e descarte de documentos e informações.

4. Detalhamento do Treinamento

Data: 16 e 17 de julho de 2026.
Carga Horária: 14 horas
Horário:
1º Dia: 08hs às 17h30 – 1h30 de almoço
2º Dia: 07 às 13h
Modalidade: Presencial
Local: Cuiabá

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

5. Programa do Curso

Módulo 1 — Fundamentos da Gestão Documental na Administração Pública.

- Conceitos essenciais de gestão documental.
- Importância da organização documental para a eficiência administrativa.
- Ciclo de vida dos documentos públicos.
- Produção, classificação, tramitação, arquivamento e destinação de documentos.
- Boas práticas para organização e controle de documentos físicos e digitais.

Módulo 2 — Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD Aplicada ao Setor Público.

- Noções gerais da LGPD.
- Dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
- Princípios da proteção de dados.
- Bases legais para o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública.
- Direitos dos titulares de dados.
- Responsabilidades dos órgãos públicos no tratamento de informações.

Módulo 3 — Gestão de Dados, Documentos e Informações Institucionais.

- Tratamento adequado de dados pessoais em processos administrativos.
- Compartilhamento de dados entre setores e órgãos públicos.
- Controle de acesso a documentos e informações.
- Cuidados com documentos contendo dados pessoais e sensíveis.
- Transparência pública, acesso à informação e proteção de dados.

Módulo 4 — Segurança da Informação e Boas Práticas Institucionais.

- Medidas preventivas para proteção de documentos e dados.
- Riscos relacionados ao uso inadequado de informações.
- Procedimentos internos para evitar vazamento, perda ou uso indevido de dados.
- Cuidados com e-mails, sistemas, arquivos digitais, pastas compartilhadas e documentos físicos.

Fls. 054

- Cultura organizacional voltada à proteção de dados.

Módulo 5 — Implementação Prática da LGPD e da Gestão Documental.

- Diagnóstico das rotinas documentais e dos fluxos de dados.
- Mapeamento de processos que envolvem tratamento de dados pessoais.
- Adequação de documentos, formulários, cadastros e procedimentos internos.
- Papel dos servidores, gestores e encarregados no processo de adequação.
- Construção de boas práticas para melhoria contínua da gestão documental e da proteção de dados.

6. Instrutora

Fábia de Paula e Carmo Almeida

Advogada, atuante desde 2012, com sólida formação nas áreas de Direito Digital, Proteção de Dados, Direito Administrativo, Administração Pública, Compliance e Segurança da Informação.

Possui especialização em Direito Digital e Proteção de Dados pela EBRADI e em Direito Administrativo e Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT. É bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande — UNIVAG.

Conta ainda com formação complementar em Compliance Anticorrupção pela LEC — Legal, Ethics & Compliance, além de certificação internacional pela EXIN em Information Security Foundation based on ISO/IEC 27001 — ISFS.

Também possui certificações em Privacy & Data Protection Foundation e Privacy & Data Protection Practitioner pelo IDESP.

7. Metodologia

- **Aulas Expositivas:** Conceitos e fundamentos.
- **Estudo de Casos:** Exemplos reais aplicados no dia a dia.
- **Debates e Dinâmicas:** Troca de experiências entre participantes.
- **Oficinas Práticas:** Elaboração de programas e simulações.

Fls. 055

8. Resultados Esperados

- Compreender a importância da gestão documental e da proteção de dados para a segurança, organização e eficiência da Administração Pública.
- Aplicar os principais conceitos da LGPD nas rotinas administrativas, especialmente no tratamento, armazenamento, compartilhamento e proteção de dados pessoais.
- Identificar riscos relacionados ao uso inadequado de documentos e informações, adotando boas práticas de controle, acesso, guarda e descarte.
- Contribuir para a conformidade institucional, a transparência, a governança pública e a melhoria contínua dos processos internos do órgão.

9. Investimento

Valor do Investimento por participante: R$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais).

10. Obrigações da Empresa:

- Garantir toda a estrutura necessária para a realização do evento.
- Assegurar um espaço adequado para a realização do treinamento.
- Disponibilizar profissional qualificado para ministrar o treinamento.
- Disponibilizar itens como caderno, apostila, caneta e marca-texto para os participantes.
- Garantir o serviço de coffee break durante o evento.
- Fornecer certificados aos participantes, contendo carga horária e conteúdo programático.

11. Informações para Pagamento:

O pagamento deverá ser efetuado em nome da empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ n. **65.953.657/0001-19**, por meio do **Banco do Brasil**, Agência **2363-9**, Conta Corrente **76611-9**, ou via **PIX**, utilizando a chave **65.953.657/0001-19**.

Fls. 056

12. Política de Cancelamento

- Cancelamento pelo Participante: O cancelamento da inscrição poderá ser realizado com até 7 (sete) dias úteis de antecedência ao evento. Após este prazo, não será possível cancelar, mas será permitida a substituição do participante.
- Cancelamento pela Empresa: A Empresa Capaccitar poderá adiar ou cancelar o curso por falta de quórum ou motivo de força maior, bem como substituir professores quando necessário.

13. Da Participação no Curso.

A inscrição deverá ser realizada diretamente pelo nosso site: www.capaccitar.com.br

A Capaccitar Treinamentos confirmará a realização do curso até 7 (sete) dias antes da data prevista, garantindo tempo para que o participante organize transporte, hospedagem e demais providências necessárias.

A inscrição somente será considerada efetivada após o envio da nota de empenho, autorização/ordem de serviço ou do pagamento da(s) inscrição(ões).

14. Informações Complementares

- Certificado emitido somente para participantes com mínimo de 75% de presença.

15. Dados da Empresa

- **Nome: De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil.**
- **CNPJ**: 65.953.657/0001-19.
- **E-mail:** atendimento.capaccitar@gmail.com.
- **Telefone:** (65) 99694-6662 ou 99915-6662.
- **Site: https://capaccitar.com.br/ e Instagram**: @capaccitartreinamentos

CAPACCITAR
BRASIL
CAPACITANDO PESSOAS. TRANSFORMANDO O BRASIL.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 057

CURSO

Gestão Documental e Proteção de Dados na Administração Pública

(LGPD na Prática)

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 058

PROPOSTA DE INVESTIMENTO

A Capaccitar Brasil é especializada na formação de servidores públicos, oferecendo capacitações técnicas e práticas que fortalecem a eficiência e a segurança da gestão pública. Com metodologia clara, instrutores qualificados e foco na aplicabilidade imediata, entregamos soluções que desenvolvem competências e contribuem para resultados concretos nos órgãos públicos. Nosso compromisso é ser uma parceira estratégica na modernização e no aprimoramento contínuo da administração pública.

1. Apresentação do Curso

A gestão documental e a proteção de dados pessoais tornaram-se temas essenciais para a Administração Pública, especialmente diante das exigências da Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD e da necessidade de modernização dos processos administrativos.

Os órgãos públicos lidam diariamente com grande volume de documentos, informações sensíveis, dados de servidores, cidadãos, fornecedores e usuários dos serviços públicos. Por isso, é fundamental que os profissionais compreendam como organizar, tratar, armazenar, compartilhar e proteger essas informações de forma segura, eficiente e em conformidade com a legislação vigente.

O curso **Gestão Documental e Proteção de Dados na Administração Pública — LGPD na Prática** tem como objetivo capacitar servidores públicos para atuarem de forma mais segura e estratégica na organização documental, no tratamento de dados pessoais e na implementação de boas práticas voltadas à proteção da informação no ambiente público.

A capacitação apresenta uma abordagem prática, acessível e aplicada à realidade dos órgãos públicos, contribuindo para o fortalecimento da governança, da transparência, da segurança da informação e da eficiência administrativa.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

2. A Quem se Destina

O curso é destinado a servidores públicos de todas as esferas e poderes que atuam direta ou indiretamente com documentos, informações institucionais, dados pessoais, processos administrativos e atendimento ao cidadão.

É especialmente indicado para gestores públicos, assessores, analistas, técnicos, procuradores, profissionais das áreas administrativas, jurídicas, controle interno, recursos humanos, protocolo, arquivo, ouvidoria, tecnologia da informação, compras, licitações, contratos, comunicação, atendimento ao público e demais setores que realizam coleta, tratamento, armazenamento ou compartilhamento de dados e documentos.

Também é recomendado para equipes envolvidas na implementação da LGPD, gestão documental, segurança da informação, transparência pública, governança, controle e melhoria dos processos internos.

3. Benefícios do Treinamento

- Compreensão prática sobre gestão documental e proteção de dados no contexto da Administração Pública.
- Aplicação dos principais conceitos da LGPD nas rotinas administrativas dos órgãos públicos.
- Melhoria na organização, guarda, controle, tramitação e descarte de documentos e informações.

4. Detalhamento do Treinamento

Data: 16 e 17 de julho de 2026.
Carga Horária: 14 horas
Horário:
1º Dia: 08hs às 17h30 – 1h30 de almoço
2º Dia: 07 às 13h
Modalidade: Presencial
Local: Cuiabá

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 060

5. Programa do Curso

Módulo 1 — Fundamentos da Gestão Documental na Administração Pública.

- Conceitos essenciais de gestão documental.
- Importância da organização documental para a eficiência administrativa.
- Ciclo de vida dos documentos públicos.
- Produção, classificação, tramitação, arquivamento e destinação de documentos.
- Boas práticas para organização e controle de documentos físicos e digitais.

Módulo 2 — Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD Aplicada ao Setor Público.

- Noções gerais da LGPD.
- Dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
- Princípios da proteção de dados.
- Bases legais para o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública.
- Direitos dos titulares de dados.
- Responsabilidades dos órgãos públicos no tratamento de informações.

Módulo 3 — Gestão de Dados, Documentos e Informações Institucionais.

- Tratamento adequado de dados pessoais em processos administrativos.
- Compartilhamento de dados entre setores e órgãos públicos.
- Controle de acesso a documentos e informações.
- Cuidados com documentos contendo dados pessoais e sensíveis.
- Transparência pública, acesso à informação e proteção de dados.

Módulo 4 — Segurança da Informação e Boas Práticas Institucionais.

- Medidas preventivas para proteção de documentos e dados.
- Riscos relacionados ao uso inadequado de informações.
- Procedimentos internos para evitar vazamento, perda ou uso indevido de dados.
- Cuidados com e-mails, sistemas, arquivos digitais, pastas compartilhadas e documentos físicos.

- Cultura organizacional voltada à proteção de dados.

Módulo 5 — Implementação Prática da LGPD e da Gestão Documental.

- Diagnóstico das rotinas documentais e dos fluxos de dados.
- Mapeamento de processos que envolvem tratamento de dados pessoais.
- Adequação de documentos, formulários, cadastros e procedimentos internos.
- Papel dos servidores, gestores e encarregados no processo de adequação.
- Construção de boas práticas para melhoria contínua da gestão documental e da proteção de dados.

6. Instrutora

Fábia de Paula e Carmo Almeida

Advogada, atuante desde 2012, com sólida formação nas áreas de Direito Digital, Proteção de Dados, Direito Administrativo, Administração Pública, Compliance e Segurança da Informação.

Possui especialização em Direito Digital e Proteção de Dados pela EBRADI e em Direito Administrativo e Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT. É bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande — UNIVAG.

Conta ainda com formação complementar em Compliance Anticorrupção pela LEC — Legal, Ethics & Compliance, além de certificação internacional pela EXIN em Information Security Foundation based on ISO/IEC 27001 — ISFS.

Também possui certificações em Privacy & Data Protection Foundation e Privacy & Data Protection Practitioner pelo IDESP.

7. Metodologia

- **Aulas Expositivas:** Conceitos e fundamentos.
- **Estudo de Casos:** Exemplos reais aplicados no dia a dia.
- **Debates e Dinâmicas:** Troca de experiências entre participantes.
- **Oficinas Práticas:** Elaboração de programas e simulações.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

8. Resultados Esperados

- Compreender a importância da gestão documental e da proteção de dados para a segurança, organização e eficiência da Administração Pública.
- Aplicar os principais conceitos da LGPD nas rotinas administrativas, especialmente no tratamento, armazenamento, compartilhamento e proteção de dados pessoais.
- Identificar riscos relacionados ao uso inadequado de documentos e informações, adotando boas práticas de controle, acesso, guarda e descarte.
- Contribuir para a conformidade institucional, a transparência, a governança pública e a melhoria contínua dos processos internos do órgão.

9. Investimento

Valor do Investimento por participante: R$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais).

10. Obrigações da Empresa:

- Garantir toda a estrutura necessária para a realização do evento.
- Assegurar um espaço adequado para a realização do treinamento.
- Disponibilizar profissional qualificado para ministrar o treinamento.
- Disponibilizar itens como caderno, apostila, caneta e marca-texto para os participantes.
- Garantir o serviço de coffee break durante o evento.
- Fornecer certificados aos participantes, contendo carga horária e conteúdo programático.

11. Informações para Pagamento:

O pagamento deverá ser efetuado em nome da empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ n. **65.953.657/0001-19**, por meio do **Banco do Brasil**, Agência **2363-9**, Conta Corrente **76611-9**, ou via **PIX**, utilizando a chave **65.953.657/0001-19**.

Fls. 063

12. Política de Cancelamento

- Cancelamento pelo Participante: O cancelamento da inscrição poderá ser realizado com até 7 (sete) dias úteis de antecedência ao evento. Após este prazo, não será possível cancelar, mas será permitida a substituição do participante.
- Cancelamento pela Empresa: A Empresa Capaccitar poderá adiar ou cancelar o curso por falta de quórum ou motivo de força maior, bem como substituir professores quando necessário.

13. Da Participação no Curso.

A inscrição deverá ser realizada diretamente pelo nosso site: www.capaccitar.com.br

A Capaccitar Treinamentos confirmará a realização do curso até 7 (sete) dias antes da data prevista, garantindo tempo para que o participante organize transporte, hospedagem e demais providências necessárias.

A inscrição somente será considerada efetivada após o envio da nota de empenho, autorização/ordem de serviço ou do pagamento da(s) inscrição(ões).

14. Informações Complementares

- Certificado emitido somente para participantes com mínimo de 75% de presença.

15. Dados da Empresa

- **Nome: De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil.**
- **CNPJ**: 65.953.657/0001-19.
- **E-mail:** atendimento.capaccitar@gmail.com.
- **Telefone:** (65) 99694-6662 ou 99915-6662.
- **Site: https://capaccitar.com.br/ e Instagram**: @capaccitartreinamentos

CURRICULUM DOS PALESTRANTES

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 065

DOCUMENTOS

INSTRUTORA: FABIA CARMO

Fls. 066

IDESP
Instituto Daryus
de Ensino Superior
Paulista

CERTIFICADO

Information Security Foundation based on ISO/IEC 27001

Fábia de Paula e Carmo Almeida

realizou o curso preparatório com duração de 16 horas.

São Paulo, 24 de setembro de 2021.

Pablo Correia
ISO27001 AL, ISO22301 AL, DPO
Instrutor

Nadia Guimarães
Diretora Acadêmica

daryus

Parceiros: EXIN PECB AXELOS PeopleCert DRI ISI iapp

Fls. 007

IDESP
Instituto Daryus
de Ensino Superior
Paulista

CERTIFICADO

Privacy & Data Protection Foundation

Fábia de Paula e Carmo Almeida

realizou o curso preparatório com duração de 16 horas.

São Paulo, 26 de outubro de 2021.

João Alves
DPO
Instrutor

Nadia Guimarães
Diretora Acadêmica

daryus

Parceiros: EXIN PECB AXELOS PeopleCert DPI IISI iapp

Fls. 068

IDESP
Instituto Daryus
de Ensino Superior
Paulista

CERTIFICADO

Privacy & Data Protection Practitioner

Fábia de Paula e Carmo Almeida

realizou o curso preparatório com duração de 24 horas.

São Paulo, 23 de novembro de 2021.

Rafael Siqueira
Instrutor

Nadia Guimarães
Diretora Acadêmica

daryus

Parceiros: EXIN PECB AXELOS PeopleCert DPI IISI iapp

UFMT

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE DIREITO

Fls. 69

CERTIFICADO

Certificamos que **FÁBIA DE PAULA E CARMO ALMEIDA**, filha de Rutemberg Ferreira do Carmo e Janice da Guia Paula e Carmo, nascida a 19 de novembro de 1984, natural do Estado de Mato Grosso, concluiu com aproveitamento o Curso de Especialização em **DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, de acordo com as Resoluções CNE/CES nº 1/07 e 55/14 - CONSEPE.

Cuiabá, 10 de setembro de 2015.

Saul Duarte Tibaldi
Diretor da Faculdade de Direito

Marcos Prado de Albuquerque
Coordenador do Curso

Fábia de Paula e Carmo Almeida
Aluna

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ORDEM E PROGRESSO

Fls. 070

CERTIFICADO

Curso com garantia de qualidade EBRADI
Renato Opice Blum
Renato Opice Blum
Patrono regente

A Universidade São Judas Tadeu confere o presente certificado a

Fábia De Paula E Carmo Almeida

RG 2158010-3 - SEJUSP-MT, por ter concluído o curso de

Advocacia no Direito Digital e Proteção de Dados

(Pós-graduação Lato Sensu - Especialização), realizado no período de 02/12/2020 a 12/09/2024, com carga horária de 440 horas.

São Paulo, 17 de setembro de 2024.

Guilherme Martins Ramos Daflon
Diretor

EBRADI | sãojudas

Este documento foi assinado digitalmente por Guilherme Martins Ramos Daflon e Antonio Augusto Gomes Rodrigues.
Para verificar as assinaturas acesse o site: https://anima.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador/
e utilize o código E348-F167-E2FA-9BE1.

Fls. 71

Matricula: 1162015310

Área Conhecimento: Direito

Disciplina	CH	Nota	Situação	Professor	Titulação
OAB SP ESA	40	-	Habilitado	Maurício Antonio Tamer	Mestrado
A quarta revolução industrial e a sociedade da informação	40	70	Aprovado	Renato Opice Blum	Mestrado
Constituição Federal e a Tecnologia da Informação	40	100	Aprovado	Maurício Antonio Tamer	Mestrado
Marco Civil da Internet	40	80	Aprovado	Núria Lopez	Doutorado
A privacidade como marco legislativo	40	90	Aprovado	Caio Cesar Carvalho Lima	Mestrado
Lei Geral de Proteção de Dados	40	100	Aprovado	Rony Vainzof	Mestrado
Propriedade Intelectual, Contratos Eletrônicos e a Sociedade da Informação	40	90	Aprovado	Viviane Nóbrega Maldonado	Mestrado
Direito ao Esquecimento	40	90	Aprovado	Caio César de Oliveira	Mestrado
Direito Digital no Contencioso Cível: O processo civil aplicado à realidade da sociedade da informação	40	70	Aprovado	Maurício Antonio Tamer	Mestrado
Teoria Jurídica de Direito Penal Econômico e Crimes Cibernéticos	40	90	Aprovado	Maurício Antonio Tamer	Mestrado
Compliance Digital	40	80	Aprovado	Marina Pinhão Coelho Araujo	Doutorado

DECLARAÇÃO: Declaramos, para fins de direito, que o curso obedeceu a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1, de 06/04/2018. Declaramos, ainda, que o(a) titular deste documento obteve o prazo de conclusão do curso dilatado de acordo com o regimento interno desta Instituição.

Ato legal de credenciamento da Universidade São Judas Tadeu: Portaria nº 1.213 de 28 de outubro de 2016

Antonio Augusto Gomes Rodrigues
Secretário Acadêmico

São Paulo, 17 de setembro de 2024.

Registro de Certificado nº 7239 Livro: PG/LR-1-13 Folha: 12 Data: 17/09/2024

Este documento foi assinado digitalmente por Guilherme Martins Ramos Daflon e Antonio Augusto Gomes Rodrigues.
Para verificar as assinaturas acesse o site: https://anima.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador/
e utilize o código E348-F167-E2FA-9BE1.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Grupo Ânima.
Para verificar as assinaturas clique no link: https://anima.portaldeassinaturas.com.br/verificar/E348-F167-E2FA-9BE1 ou vá até o site https://anima.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador/ e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E348-F167-E2FA-9BE1

Fls. 072

Hash do Documento

1B3F519EBBE36C43CE99195F6E01B0C908FF98742D931184D8DFAAA75F8A0D67

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/09/2024 é(são) :

- GUILHERME MARTINS RAMOS DAFLON - 054.864.007-64 em 19/09/2024 15:19 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital
- ANTONIO AUGUSTO GOMES RODRIGUES - 061.682.066-63 em 18/09/2024 09:53 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

Fls. 073

MINUTA DO EMPENHO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA
NOTA DE EMPENHO
ESTADO DE MATO GROSSO

C.N.P.J.: 00.176.362/0001-38
Município: ITIQUIRA

Fls. 074

Data:
Usuário:

Data do Empenho:
N° do Empenho:

Órgão:
Unidade:
Funcional:
Projeto/Atividade:
Natureza de Despesa:
Recurso:

Valor Dotação:
Valor Dotação Atualizada:
Total (A):

Empenhos anteriores:
Valor do empenho:
Valor complemento:
Valor anulado:
Total (B):
Total (A - B):

Credor:
CPF/CNPJ: **Inscr.Est./Ident.Prof.:** **Telefone:**
Endereço: **Cidade:** Itiquira **UF:** MT
Banco: **Conta:**
Agência: **Tipo da Conta:**

Especificação:

Fonte de Recurso: **Valor geral:**

Pagamentos: **N° Pagamento.:** **Conta Bancária.:** **Valor .:**
Valor Total Pago.:
Valor Total à Pagar.:

Fundamento legal:
Modal. Licitação:
Número Licitação:
Número Processo:
Número Contrato:
Número Aditivo/Apost.:
Data homologação:
Data contrato:
Data Aditivo/Apost.:

Declaro para os devidos fins que o (material/serviço) foi (Fornecido/prestado) _____ Data:
Responsável

EDIOMAR GOBBI
..111-**
Presidente

SARAH DA COSTA ROSA
..561-**
Assessora Contábil

Fls. 075

CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO TCE-MT.

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Fls. 076

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

DETALHE DO ITEM: 00086670

Download

SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CURSO RENEGOCIACAO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - MODALIDADE PRESENCIAL - CARGA HORARIA 14 HORAS.

Código:	Exercício:	Incluído em:
00086670	2017	05/07/2024

Unidades de Fornecimento:

- ALUNO (cód.: 1974)
- DIARIA (cód.: 1089)
- HORA (cód.: 1091)
- MÊS (cód.: 1092)
- MODULO (cód.: 1934)
- REAL (cód.: 2715)
- UNIDADE (cód.: 1)

Grupo / Classe / Material ou Serviço:

SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS (cód 8) → SERVICOS NA AREA EDUCACIONAL (cód 803) → SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL (cód 31154)

realizar outra pesquisa

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

Fls. 077

ENQUADRAMAMENTO DO OBJETO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Fls. 078

DECRETO LEGISLATIVO N.º 004/2025

Dispõe sobre a aprovação e ratificação do planejamento realizado para o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2025/2026, da Câmara Municipal de Itiquira – Mato Grosso e dá outras providências.

Publicado por afixação em local público de costumes em 11/12/25
Secretaria de Administração.

EDIOMAR GOBBI - Presidente do Poder Legislativo de Itiquira, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei e,

Considerando, o disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 12, VII que trata sobre a exigência de elaboração do Plano de Contratação Anual para os entes federativos;

Considerando a realização do planejamento de contratações públicas, para o exercício de 2025/2026, do Poder Legislativo;

DECRETA:

Art. 1° - Fica Aprovado o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício de 2025/2026, da Câmara Municipal de Itiquira- Mato Grosso.

Art. 2º - O Plano de Contratação Anual (PCA), para o exercício de 2025/2026, será realizado de acordo com o plano contido no anexo I deste decreto.

Art.3º - Fica aprovado o anexo II, que descreve as dotações orçamentárias destinadas à efetivação do plano de compras ora aprovado.

Art.4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itiquira-MT, 11 de dezembro de 2025.

Ediomar Gobbi
Presidente
Gestão Biênio: 2025-2026

42. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIFICAÇÃO/CURSOS

SEQ.	DESCRIÇÃO	UND PAD.	QTD.
01	Treinamento na área administrativa com treinamento e capacitação de servidores e gestores (cursos e afins) com seminários, congressos, cursos in company, cursos online, cursos presenciais, etc)	UND	50
VALOR ESTIMADO TOTAL R$		**104.680,00**	
PERÍODO ESTIMADO		**12 MESES**	

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAUDOS SST

SEQ.	DESCRIÇÃO	UND PAD.	QTD.
01	Contratação de empresa especializada para a elaboração de laudos técnicos para a câmara municipal de itiquira, de conformidade com a legislação em vigor e exigências ao disposto no decreto 3.048/99, que estabelece obrigatóriedade das empresas públicas e privadas a manterem laudo técnico e embasamento, nas nr's 15 e anexo 14 e norma regulamentadora 16 que definem as características de periculosidade.	UND	01
VALOR ESTIMADO TOTAL R$		**10.153,97**	
PERÍODO ESTIMADO		**12 MESES**	

RESUMO GERAL

Categorias	Valor Estimado Total	
Aquisição de materiais	***R$***	***1.595.675,60***
Aquisição de pneus	R$	6.626,75
Aquisição de Uniformes	R$	15.963,70
Bandeiras, insigmas e flâmulas	R$	15.459,56

Fls. 080

Fls. 081

CADASTRO DO(S) FORNECEDOR(ES)

ESTADO DE MATO GROSSO
CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Fls. 082

Relatório de Fornecedores

Nome do Fornecedor:
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Tipo de Pessoa: Juridica

Situação de Pessoa: Ativo

CPF / CNPJ:
65.953.657/0001-19

Data da Inclusão:
08/07/2026

Endereços:
R BARAO DE MELGACO, 3988 – Centro-Norte, Cuiabá -

Telefones:
(65) 9915-6662

E-mails:
Não Informado

Sites:
Não Informado

Natureza Jurídica:
Sociedade Empresária Limitada

Responsável:
–

Qualificação:
Não Informado

Porte:
Empresa Pequeno Porte

Órgão do Registro:

Número:

Data:
08/07/2026

Inscrição Municipal:

Município da Inscrição:

Inscrição Estadual:

Estado da Inscrição:

Fls. 083

DOCUMENTOS DA EMPRESA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 089

DOCUMENTOS

DA EMPRESA

EMPRESA: CAPACCITAR BRASIL

CNPJ N. 65.953.657/0001-19

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
	2062	

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Fls. 085

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

MTB2600089503

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		316	1	ENQUADRAMENTO DE EPP

CUIABA
Local

26 Março 2026
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ _____ _____ _____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM _____ _____ _____ _____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122
23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar est
documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticad
digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Fls. 086

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/062.012-2	MTB2600089503	23/03/2026

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
001.688.691-79	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	26/03/2026 18:51:31
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122
23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar est
documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticad
digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Fls. 087

CONTRATO SOCIAL DE DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES, nacionalidade BRASILEIRA, Casada, Comunhão Universal, nascido em 29/03/1985, profissão: ADVOGADA, nº do CPF: 001.688.691-79, identidade: 26393506, órgão expedidor: SEJUSP-MT, RESIDENTE E DOMICILIADO no(a): AVENIDA DOS FLORAIS, número 01, bairro RIBEIRAO DO LIPA, COND: FLORAIS DO VALLE; QUADRA: 02; CASA: 01; município CUIABA - MT, CEP: 78.048-907.

Resolve(m), em comum acordo (se for o caso), constituir uma sociedade limitada, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o seguinte nome empresarial: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

DA SEDE (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Segunda - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA BARAO DE MELGACO, número 3988, bairro CENTRO-NORTE, EDIF: LEBLON; APT: 808;, município CUIABA - MT, CEP: 78.005-300.

DO OBJETO SOCIAL (ART. 997, II, DO CC)

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO (ART. 53, III, F, DO DECRETO Nº 1.800, DE 1996)

Cláusula Quarta - A sociedade iniciará suas atividades a partir de 23/03/2026 e seu prazo de duração é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL (ART. 997, III E IV E ARTS. 1.052 E 1.055 DO CC)

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Cláusula Quinta - O capital social é de R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL reais) divididos em 40.000 quota(s), no valor nominal de R$ 1,00 (UM real), cada uma, formado por R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL reais) em moeda corrente do País.

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo(s) sócio(s) da seguinte forma:

Sócio	Nº de Quotas	Valor
VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	40.000	R$ 40.000,00
Total	40.000	R$ 40.000,00

Fls. 088

DA ADMINISTRAÇÃO (ARTS. 997, VI; 1.013; 1.015; 1.064 DO CC)

Cláusula Sexta - A administração da sociedade será exercida:

Pela sócia **VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES**, que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, em nome da pessoa jurídica, dentre ele(s):

A) abrir, movimentar e encerrar contas correntes e/ou contas de pagamento, inclusive por meio de cartão de crédito e/ou débito;
B) realizar transferências ou cobranças via DOC, TED, Pix e/ou qualquer outro meio;
C) contratar ou renegociar empréstimos e/ou financiamentos;
D) realizar ou resgatar aplicações financeiras e/ou investimentos;
E) contratar ou cancelar seguros;
F) outorgar procurações que contenham os poderes previstos acima;
G) prestar garantias;
H) solicitar a aquisição de novos produtos financeiros;

Parágrafo Único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

DO BALANÇO PATRIMONIAL (ART. 1.065 DO CC)

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas na proporção de suas quotas (se for o caso).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (ART. 1.011, § 1º, DO CC E ART. 37, II, DA LEI Nº 8.934, DE 1994)

Cláusula Oitava - O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Fls. 089

DO ENQUADRAMENTO (ME OU EPP)

Cláusula Nona - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006)

Cláusula Décima - A sociedade adotará como nome fantasia CAPACCITAR BRASIL.

Cláusula Décima Primeira - A(s) parte(s) elege(m) o foro CUIABA - MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estar assim constituída, assina(m) o presente instrumento particular, em via única.

CUIABA, 23 de março de 2026.

VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES: Sócio/Administrador

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Fls. 090

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
26/062.012-2	MTB2600089503	23/03/2026

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
001.688.691-79	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	26/03/2026 18:51:32
Assinado utilizando assinatura qualificada		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122
23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar est
documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticad
digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Fls. 091

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, de NIRE 5120315972-3 e protocolado sob o número 26/062.012-2 em 23/03/2026, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 51203159723, em 26/03/2026. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Dahirze Oliveira.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Kenner Langner da Silva. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
001.688.691-79	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	26/03/2026 17:51:31
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC SyngularID Multipla	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
001.688.691-79	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES	26/03/2026 17:51:32
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC SyngularID Multipla	

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 23/03/2026

SRM

Documento assinado eletronicamente por Dahirze Oliveira, Servidor(a) Público(a), em 26/03/2026, às 17:51.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 26/062.012-2.

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122
23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar est
documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticad
digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

Fls. 092

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
735.399.371-53	KENNER LANGNER DA SILVA

Cuiabá. quinta-feira, 26 de março de 2026

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
Certifico registro sob o nº 51203159723 em 26/03/2026 da Empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, Nire 51203159723 e protocolo 260620122 - 23/03/2026. Autenticação: 45F24AA9E5F82F4D0CD50583D9CA273AEEBEA70. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemat.mt.gov.br/ e informe nº do protocolo 26/062.012-2 e o código de segurança wssU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/03/2026 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

Fls. 093

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
65.953.657/0001-19 **MATRIZ**		**26/03/2026**

NOME EMPRESARIAL
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CAPACCITAR BRASIL	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BARAO DE MELGACO	**3988**	**EDIF LEBLON APT 808**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.005-300	**CENTRO-NORTE**	**CUIABA**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
VANESSA_CARLI@HOTMAIL.COM	**(65) 9915-6662/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**26/03/2026**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **27/03/2026** às **18:21:33** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

SIMPLES NACIONAL

TERMO DE DEFERIMENTO DA OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL

(Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fls. 099

DADOS DA MATRIZ

NOME EMPRESARIAL: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**
DATA DA SOLICITAÇÃO: **27/03/2026**
DATA DE INSCRIÇÃO DO CNPJ: **27/03/2026**

Sua opção pelo Simples Nacional está confirmada com efeitos a partir de 27/03/2026.

A confirmação desta opção não exclui a responsabilidade do contribuinte quanto ao atendimento dos requisitos exigidos para o ingresso no Simples Nacional previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006. Resguarda-se às Administrações Tributárias o direito de anular esta opção na hipótese de declaração falsa por parte da pessoa jurídica.

Sua opção pelo Simples Nacional implica aceitação obrigatória de sistema de comunicação eletrônica (DTE-SN), destinado, dentre outras finalidades, a:

I – cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção pelo Simples Nacional, à exclusão desse Regime e a ações fiscais;

II – encaminhar notificações e intimações; e

III – expedir avisos em geral.

O DTE-SN não exclui outras formas de notificação, intimação ou avisos previstos nas legislações dos entes federados, incluídas as eletrônicas.

O sistema de comunicação eletrônica implicará o seguinte:

I – as comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;

II – a comunicação será considerada pessoal para todos os efeitos legais;

III – a ciência com utilização de certificação digital ou de código de acesso possui os requisitos de validade;

IV – considerar-se-á realizada a ciência da comunicação na data em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação;

V – na hipótese do item anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte;

VI – a consulta às comunicações do sistema deverá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da disponibilização da comunicação no portal, sob pena de ser considerada, automaticamente, realizada na data do término desse prazo.

NÚMERO DO RECIBO
266595365730755356 9

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
39463DD5E7138D8D688EF2079606F7907A891AE2

Fls. 095

DADOS BANCÁRIOS

Capaccitar Brasil

EMPRESA
Capaccitar Brasil

CNPJ
65.953.657/0001-19

BANCO
Banco do Brasil

AGÊNCIA
2363-9

CONTA CORRENTE
76611-9

PIX
65.953.657/0001-19

Após o pagamento,
envie o comprovante.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 096

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EMPRESA: CAPACCITAR BRASIL

CNPJ N. 65.953.657/0001-19

Fls. 097

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **DE CARLI TREINAMENTOS**, inscrita no CNPJ n. 65.953.657/0001-19, nome fantasia **CAPACCITAR BRASIL**, com sede na Avenida Barão de Melgaço, n. 3988, Edifício Leblon, sala 808, Centro Norte, em Cuiabá-MT, CEP 78.005-300, prestou serviços de capacitação profissional à **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS**, com plena eficiência, responsabilidade e qualidade técnica.

O objeto executado consistiu na realização do treinamento "**CURSO NR-1 NA PRÁTICA**", realizado na cidade de Cuiabá-MT, nos dias 16 e 17 de abril de 2026, com carga horária total de 12 (doze) horas.

O curso abordou conteúdos relacionados à Norma Regulamentadora NR-1, gerenciamento de riscos ocupacionais, segurança no ambiente de trabalho e adequações legais aplicáveis ao setor público.

Declaramos que os serviços foram executados de forma satisfatória, com cumprimento integral da carga horária, pontualidade, organização e excelente desempenho técnico, não havendo qualquer fato que desabone sua capacidade técnica e profissional.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Porto dos Gaúchos-MT, 28 de abril de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
PRISCILA DE MOURA
Data: 30/04/2026 08:30:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PRISCILA DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal

Fls. 098

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **DE CARLI TREINAMENTOS**, inscrita no CNPJ n. 65.953.657/0001-19, nome fantasia **CAPACCITAR BRASIL**, com sede na Avenida Barão de Melgaço, n. 3988, Edifício Leblon, sala 808, Centro Norte, em Cuiabá-MT, CEP 78.005-300, prestou serviços de capacitação profissional à **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS**, com plena eficiência, responsabilidade e qualidade técnica.

O objeto executado consistiu na realização do treinamento "**REDAÇÃO OFICIAL E LEGISLATIVA COM APOIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL -IA**", realizado na cidade de Cuiabá-MT, nos dias 16 e 17 de abril de 2026, com carga horária total de 16 (dezesseis) horas.

O curso abordou conteúdos relacionados à elaboração de documentos oficiais, técnicas de redação administrativa, correspondências institucionais, atos normativos, linguagem formal e procedimentos aplicáveis ao Poder Legislativo.

Declaramos que os serviços foram executados de forma satisfatória, com cumprimento integral da carga horária, pontualidade, organização e excelente desempenho técnico, não havendo qualquer fato que desabone sua capacidade técnica e profissional.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.

Porto dos Gaúchos-MT, 28 de abril de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
PRISCILA DE MOURA
Data: 30/04/2026 08:31:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PRISCILA DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 099

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

EMPRESA: CAPACCITAR BRASIL

CNPJ N. 65.953.657/0001-19

PREFEITURA DE
Cuiabá

Fls. 100

ALVARÁ/2026

DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Código de Certificação

30481921537667202611055004 9

CM
336704

CNPJ/CPF
65.953.657/0001-19

Identificador
622459

Razão Social
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Nome Fantasia
CAPACCITAR BRASIL

Atividade Principal
8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Localização
Rua Barão de Melgaço, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; - Bairro: Centro-Norte - CEP: 78005300 - Cuiabá - MT

Data Abertura Empresa	Area Utilizada/m²	Publicidade	Hor. Especial
13/03/2026	30	NAO	NAO

Data da Inscrição CM	Uso Solo
27/03/2026	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Data Expedição	Inscr. Cad Imobiliário	Inscr. Estadual	Registro Junta Comercial/MT
04/05/2026	01.5.43.044.0106.072	00000000000	51203159723

Ressalva
Empresa de Baixo Risco - Somente para endereço fiscal

ELISANGELA FERNANDES BOKORNI
SECRETARIO DE MEIO AMB. E DESENV. URBANO

TANIA REGINA DE SOUZA
GERENTE DE ATIVIDADE ECONÔMICAS

EDIVALDO LOPES DA CONCEICAO
DIRETOR DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE ECONÔMICAS

04 de Maio de 2026.

MANTER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

A Autenticidade do Alvará deverá ser confirmada em: www.cuiaba.mt.gov.br/taxas

Fls. 103

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 65.953.657/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:02:02 do dia 04/05/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/10/2026.
Código de controle da certidão: **759B.57A2.C7EB.61C4**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Fls. 102

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CND Nº 0062902488

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **12/05/2026** Hora da emissão: **09:39:33**

Nome/denominação do sujeito passivo: **Contribuinte não consta no Cadastro de Contribuinte da SEFAZ e PGE do Estado de Mato Grosso**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **10/07/2026.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **279AKLA2K72BA297**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO		PROCESSO	EXERCÍCIO
975402/2026	**2161823**		**GERAL**

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
735593674	**LANCAMENTOS DIVERSOS - 560101**

Fls. 103

04052026659536570001190010056597540230481912621618 23

NOME
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ	RG/INSCR. ESTADUAL
65.953.657/0001-19	**00000000000**

ENDEREÇO
Rua BARAO DE MELGACO, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; - CENTRO NORTE - CUIABA/MT

BAIRRO	FINALIDADE
CENTRO NORTE	

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em divida ativa da prefeitura municipal de Cuiaba. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer titulo, de dividas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, segunda-feira, 04 de maio de 2026

RICARDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Procurador do Município de Cuiabá
Mat. 4859840
OAB/MT 19.464B

Certidão valida até 02 de Agosto de 2026.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: https://portalfazenda.cuiaba.mt.gov.br

Fls. 104

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 65.953.657/0001-19
Certidão nº: 47377098/2026
Expedição: 12/05/2026, às 10:41:32
Validade: 08/11/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **65.953.657/0001-19, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Fls. 105

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 65.953.657/0001-19

Razão social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Endereço: R BARAO DE MELGACO 3988 EDIF LEBLON/ CENTRO-NORTE / CUIABA / MT / 78005-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/06/2026 a 09/07/2026

Certificação Número: 2026061003576546731500

Informação obtida em 16/06/2026 10:17:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 106

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A Empresa **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA,** inscrita no **CNPJ N. 65.953.657/0001-19**, com sede na Rua Barão de Melgaço, n. 3988, Bairro Centro Sul, Edifício Leblon, 8º andar, apto 808, representada neste ato pela sua proprietária Vanessa Arruda de Carli Esteves, empresária, portadora da OAB/MT n. 3988, declara, perante à Lei, que até a presente data:

a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

b) Não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

c) Tem pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento, inclusive quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e ao cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

d) O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos);

Vanessa Carli

DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

CNPJ N. 65.953.657/0001-19

Fls. 107

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA, CONFORME RECOMENDAÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2023 DA CONTROLADORIA GERAL LEGISLATIVA

Fls. 108

CADASTROS IMPEDITIVOS

Fls. 109

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 09/07/2026 09:46:00

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (09/07/2026 às 08:17) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 65.953.657/0001-19.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A4F.835A.CD27.D866 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Fls. 111

DOCUMENTOS DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES

Fls. 112

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
65.953.657/0001-19 **MATRIZ**		**26/03/2026**

NOME EMPRESARIAL
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
CAPACCITAR BRASIL	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BARAO DE MELGACO	**3988**	**EDIF LEBLON APT 808**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.005-300	**CENTRO-NORTE**	**CUIABA**	**MT**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
VANESSA_CARLI@HOTMAIL.COM	**(65) 9915-6662 / (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**26/03/2026**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/07/2026** às **09:25:16** (data e hora de Brasília).

Fls. 113

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	65.953.657/0001-19
NOME EMPRESARIAL:	DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **09/07/2026** às **08:49:24** (data e hora de Brasília).

VOLTAR IMPRIMIR

Passo a passo para o CNPJ Consultas CNPJ Estatísticas Parceiros Serviços CNPJ

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

Fls. 141

SITUAÇÃO FISCAL

Fls. 115

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 65.953.657/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:44:20 do dia 02/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/11/2026.
Código de controle da certidão: **8520.D32B.509C.F60D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

65953657000119 - Pesquisa Ge | Resultado da Consulta de Certi | Certidão Positiva de Débitos co
Ficheiro C:/Users/SUPORTE/Downloads/Certidao-65953657000119.pdf
Todos os marcadores
Certidao Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa 1 / 1 79%



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 65.953.657/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:44:20 do dia 02/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/11/2026.
Código de controle da certidão: **8520.D32B.509C.F60D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Fls. 116

Digite aqui para pesquisar
18°C Parc ensolarado 07:22 09/07/2026

Fls. 117

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 65.953.657/0001-19

Razão social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Endereço: R BARAO DE MELGACO 3988 EDIF LEBLON/ CENTRO-NORTE / CUIABA / MT / 78005-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/07/2026 a 02/08/2026

Certificação Número: 2026070403516546731586

Informação obtida em 09/07/2026 08:52:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. 118

Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 2.2

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 65.953.657/0001-19
Razão social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
04/07/2026	04/07/2026 a 02/08/2026	2026070403516546731586
10/06/2026	10/06/2026 a 09/07/2026	2026061003576546731500
14/05/2026	14/05/2026 a 12/06/2026	2026051410016546731565
20/04/2026	20/04/2026 a 19/05/2026	2026042014586546731582

Resultado da consulta em 09/07/2026 08:53:21

Voltar

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Fls. 119

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CND Nº 0063704246

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **10/07/2026** Hora da emissão: **09:13:16**

Nome/denominação do sujeito passivo: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **07/09/2026.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2MATBLL2L729T2BA**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 65.953.657/0001-19
Certidão nº: 60466056/2026
Expedição: 09/07/2026, às 08:25:04
Validade: 05/01/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **65.953.657/0001-19, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

Fls. 121

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO		PROCESSO	EXERCÍCIO
998505/2026	**2208266**		**GERAL**

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
735593674	**LANCAMENTOS DIVERSOS - 560101**



NOME
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ	RG/INSCR. ESTADUAL
65.953.657/0001-19	**00000000000**

ENDEREÇO
Rua BARAO DE MELGACO, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; - CENTRO NORTE - CUIABA/MT

BAIRRO	FINALIDADE
CENTRO NORTE	

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em divida ativa da prefeitura municipal de Cuiaba. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer titulo, de dividas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, quinta-feira, 09 de julho de 2026

RICARDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Procurador do Município de Cuiabá
Mat. 4859840
OAB/MT 19.464B

Certidão valida até 07 de Outubro de 2026.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: https://portalfazenda.cuiaba.mt.gov.br

Fls. 122

CONSULTA OPÇÃO SIMPLES NACIONAL

Data da consulta: 09/07/2026 08:28:42

Fls. 123

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **65.953.657/0001-19**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 27/03/2026**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

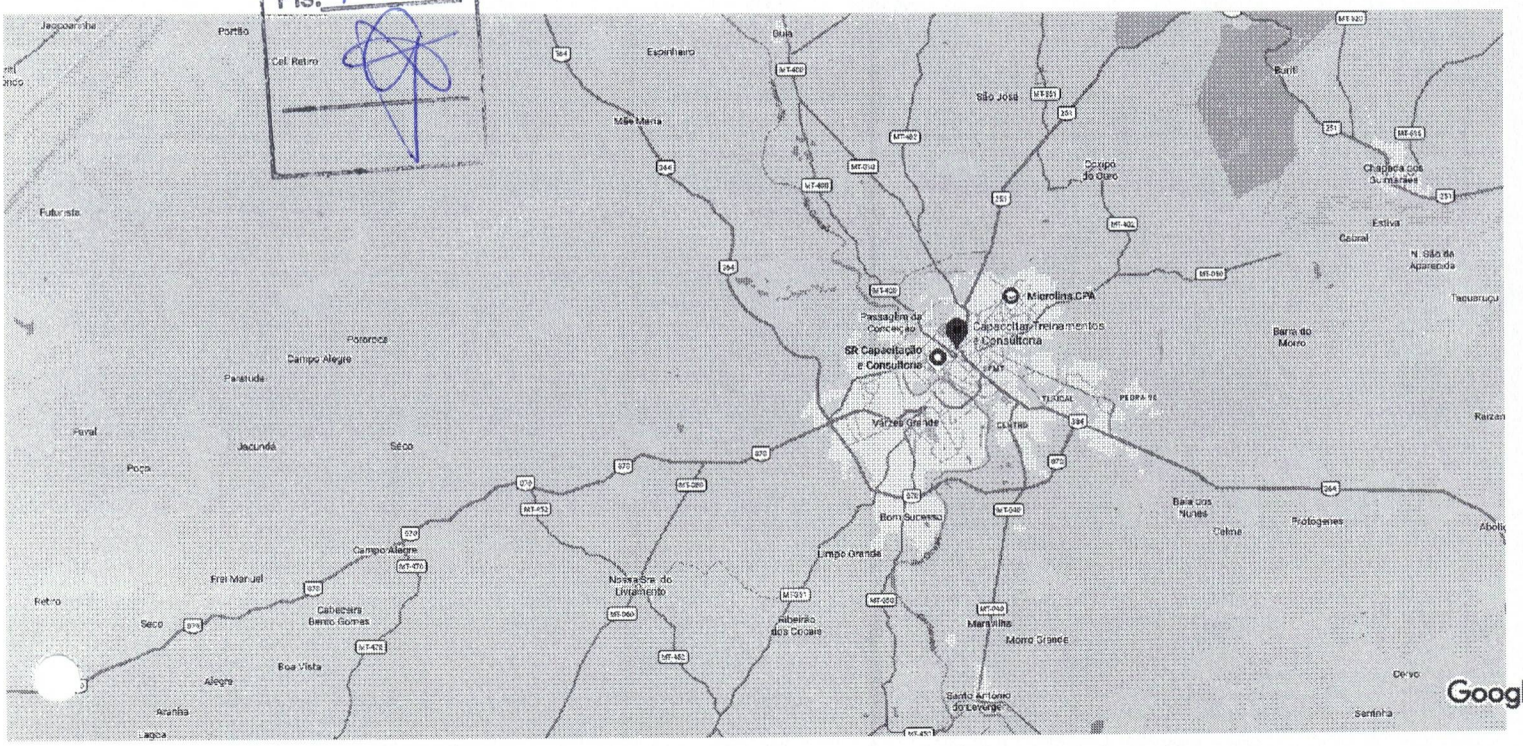
Voltar | Gerar PDF

Fls. 124

GOOGLE MAPS

Google Maps Capaccitar Treinamentos e Consultoria

Fls. 125



Classificação ▾ Horário ▾ Todos os filtros

Resultados ⓘ Partilhar

Capaccitar Treinamentos e Consultoria
3,0 ★★★★★ (1)
Consultoria · Edif. Leblon - R. Barão de Melgaço, 3988 - Sl 808
Abre em breve · 08:00 ·
(65) 99915-6662
Website Direções

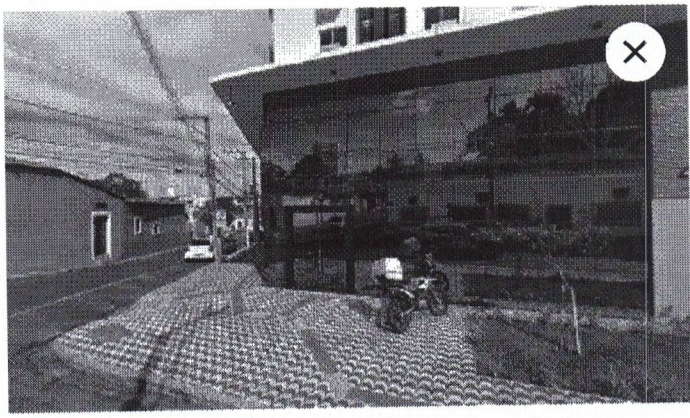
SR Capacitação e Consultoria
5,0 ★★★★★ (9)
Consultoria empresarial · R. Barão de Melgaço, 1524
Abre em breve · 08:00 ·
(65) 3322-2020
Website Direções

"Sem dúvida, uma experiência transformadora e de alto nível."

Microlins CPA
4,2 ★★★★★ (33)
Instituição educacional · Av. Brasil, nº 19
Abre em breve · 08:00 · (65) 3359-2491
Direções

"As melhores do bairro."

Chegou ao fim da lista.



Capaccitar Treinamentos e Consultoria

3,0 ★★★ (1)
Consultoria

Vista geral Críticas

Direções Guardar Imediações Enviar para telemóvel Partilhar

Edif. Leblon - R. Barão de Melgaço, 3988 - Sl 808 - Centro, Cuiabá - MT, 78005-300

Abre em breve · 08:00

capaccitar.com.br

(65) 99915-6662

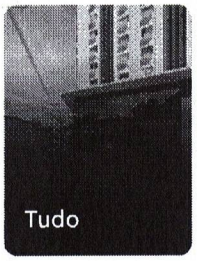
Fls. 126

CW44+J4 Centro, Cuiabá - MT

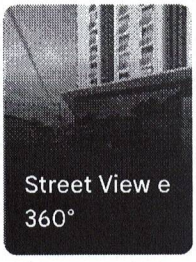
O seu histórico do Maps

Sugerir edição

Fotografias e vídeos







+ Adicione fotos e vídeos

Resumo de críticas

5	
4	
3	
2	
1	

3,0

1 crítica

Escreva uma crítica

Críticas

Ordenar

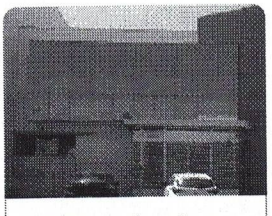
ZurK

há 3 meses

As pessoas também pesquisam



Palestras e Cursos
Sem críticas
Centro de formação



SR Capacitação e...
5,0 ★ (9)
Consultor de Gest...



Atitude
1,0 ★ (1
Centro

Resultados da Web

CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

Fls. 128

Cadastro de Empresas Inidôneas

Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 09/07/2026 07:29

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Decisão
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	29/05/2026	29/11/2026	6 meses	1774140/2024
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	27/04/2026	27/10/2026	6 meses	1774140/2024
34857667000127	LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA	TO	13/11/2024	13/11/2026	2 anos	171069/2020
51659341000104	ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA	MT	02/06/2025	02/06/2030	5 anos	1804979/2024

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 07/07/2026

Dados da consulta: 09/07/2026 08:29:31

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 65953657000119

Consulta

CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL/NOME FANTASIA	UF DO SANCIONADO	MOTIVO DO IMPEDIMENTO	ÓRGÃO SANCIONADOR	NÚMERO DO CONVÊNIO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado						

Fls. 122

ATUAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 144/2026 Itiquira - MT, 09 de julho de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para: EQUIPE DE APOIO
SRA. JOYCE CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

Assunto: SOLICTAÇÃO.

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e considerando o disposto na Portaria Legislativa n° 022/2026, solicitar-lhe, a Elaboração do Balizamento de Preços, do processo administrativo 019/2026, inexigibilidade 014/2026, para contratação de empresa para participação de servidora desta Casa no curso descrito no objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (LGPD na Prática), .Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.

ITEM	PARTICIPANTE	MAT	CARGO
001	MARIA DE FATIMA GOMES DA SILVA	100	COORD DE CONTROLE INTERNO

Anexo à presente, a proposta da empresa para o devido balizamento.

Sendo o que apresenta para o momento, agradeço antecipadamente coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001119

Fls. 132

Número do processo: 000001119 Número Único: MB7.PLT.BZY-Z4

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: JOYCE CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA CPF/CNPJ do Beneficiário: 029.051.651-03

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

ituação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 09/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO

Observação: CI SAD N° 144/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: JOYCE CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA

PROPOSTA

CAPACCITAR
BRASIL
CAPACITANDO PESSOAS. TRANSFORMANDO O BRASIL.

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 134

CURSO

Gestão Documental e Proteção de Dados na Administração Pública

(LGPD na Prática)

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 135

PROPOSTA DE INVESTIMENTO

A Capaccitar Brasil é especializada na formação de servidores públicos, oferecendo capacitações técnicas e práticas que fortalecem a eficiência e a segurança da gestão pública. Com metodologia clara, instrutores qualificados e foco na aplicabilidade imediata, entregamos soluções que desenvolvem competências e contribuem para resultados concretos nos órgãos públicos. Nosso compromisso é ser uma parceira estratégica na modernização e no aprimoramento contínuo da administração pública.

1. Apresentação do Curso

A gestão documental e a proteção de dados pessoais tornaram-se temas essenciais para a Administração Pública, especialmente diante das exigências da Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD e da necessidade de modernização dos processos administrativos.

Os órgãos públicos lidam diariamente com grande volume de documentos, informações sensíveis, dados de servidores, cidadãos, fornecedores e usuários dos serviços públicos. Por isso, é fundamental que os profissionais compreendam como organizar, tratar, armazenar, compartilhar e proteger essas informações de forma segura, eficiente e em conformidade com a legislação vigente.

O curso **Gestão Documental e Proteção de Dados na Administração Pública — LGPD na Prática** tem como objetivo capacitar servidores públicos para atuarem de forma mais segura e estratégica na organização documental, no tratamento de dados pessoais e na implementação de boas práticas voltadas à proteção da informação no ambiente público.

A capacitação apresenta uma abordagem prática, acessível e aplicada à realidade dos órgãos públicos, contribuindo para o fortalecimento da governança, da transparência, da segurança da informação e da eficiência administrativa.

2. A Quem se Destina

O curso é destinado a servidores públicos de todas as esferas e poderes que atuam direta ou indiretamente com documentos, informações institucionais, dados pessoais, processos administrativos e atendimento ao cidadão.

É especialmente indicado para gestores públicos, assessores, analistas, técnicos, procuradores, profissionais das áreas administrativas, jurídicas, controle interno, recursos humanos, protocolo, arquivo, ouvidoria, tecnologia da informação, compras, licitações, contratos, comunicação, atendimento ao público e demais setores que realizam coleta, tratamento, armazenamento ou compartilhamento de dados e documentos.

Também é recomendado para equipes envolvidas na implementação da LGPD, gestão documental, segurança da informação, transparência pública, governança, controle e melhoria dos processos internos.

3. Benefícios do Treinamento

- Compreensão prática sobre gestão documental e proteção de dados no contexto da Administração Pública.
- Aplicação dos principais conceitos da LGPD nas rotinas administrativas dos órgãos públicos.
- Melhoria na organização, guarda, controle, tramitação e descarte de documentos e informações.

4. Detalhamento do Treinamento

Data: 16 e 17 de julho de 2026.
Carga Horária: 14 horas
Horário:
1º Dia: 08hs às 17h30 – 1h30 de almoço
2º Dia: 07 às 13h
Modalidade: Presencial
Local: Cuiabá

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 137

5. Programa do Curso

Módulo 1 — Fundamentos da Gestão Documental na Administração Pública.

- Conceitos essenciais de gestão documental.
- Importância da organização documental para a eficiência administrativa.
- Ciclo de vida dos documentos públicos.
- Produção, classificação, tramitação, arquivamento e destinação de documentos.
- Boas práticas para organização e controle de documentos físicos e digitais.

Módulo 2 — Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD Aplicada ao Setor Público.

- Noções gerais da LGPD.
- Dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
- Princípios da proteção de dados.
- Bases legais para o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública.
- Direitos dos titulares de dados.
- Responsabilidades dos órgãos públicos no tratamento de informações.

Módulo 3 — Gestão de Dados, Documentos e Informações Institucionais.

- Tratamento adequado de dados pessoais em processos administrativos.
- Compartilhamento de dados entre setores e órgãos públicos.
- Controle de acesso a documentos e informações.
- Cuidados com documentos contendo dados pessoais e sensíveis.
- Transparência pública, acesso à informação e proteção de dados.

Módulo 4 — Segurança da Informação e Boas Práticas Institucionais.

- Medidas preventivas para proteção de documentos e dados.
- Riscos relacionados ao uso inadequado de informações.
- Procedimentos internos para evitar vazamento, perda ou uso indevido de dados.
- Cuidados com e-mails, sistemas, arquivos digitais, pastas compartilhadas e documentos físicos.

Fls. 138

- Cultura organizacional voltada à proteção de dados.

Módulo 5 — Implementação Prática da LGPD e da Gestão Documental.

- Diagnóstico das rotinas documentais e dos fluxos de dados.
- Mapeamento de processos que envolvem tratamento de dados pessoais.
- Adequação de documentos, formulários, cadastros e procedimentos internos.
- Papel dos servidores, gestores e encarregados no processo de adequação.
- Construção de boas práticas para melhoria contínua da gestão documental e da proteção de dados.

6. Instrutora

Fábia de Paula e Carmo Almeida

Advogada, atuante desde 2012, com sólida formação nas áreas de Direito Digital, Proteção de Dados, Direito Administrativo, Administração Pública, Compliance e Segurança da Informação.

Possui especialização em Direito Digital e Proteção de Dados pela EBRADI e em Direito Administrativo e Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT. É bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande — UNIVAG.

Conta ainda com formação complementar em Compliance Anticorrupção pela LEC — Legal, Ethics & Compliance, além de certificação internacional pela EXIN em Information Security Foundation based on ISO/IEC 27001 — ISFS.

Também possui certificações em Privacy & Data Protection Foundation e Privacy & Data Protection Practitioner pelo IDESP.

7. Metodologia

- **Aulas Expositivas:** Conceitos e fundamentos.
- **Estudo de Casos:** Exemplos reais aplicados no dia a dia.
- **Debates e Dinâmicas:** Troca de experiências entre participantes.
- **Oficinas Práticas:** Elaboração de programas e simulações.

8. Resultados Esperados

- Compreender a importância da gestão documental e da proteção de dados para a segurança, organização e eficiência da Administração Pública.
- Aplicar os principais conceitos da LGPD nas rotinas administrativas, especialmente no tratamento, armazenamento, compartilhamento e proteção de dados pessoais.
- Identificar riscos relacionados ao uso inadequado de documentos e informações, adotando boas práticas de controle, acesso, guarda e descarte.
- Contribuir para a conformidade institucional, a transparência, a governança pública e a melhoria contínua dos processos internos do órgão.

9. Investimento

Valor do Investimento por participante: R$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais).

10. Obrigações da Empresa:

- Garantir toda a estrutura necessária para a realização do evento.
- Assegurar um espaço adequado para a realização do treinamento.
- Disponibilizar profissional qualificado para ministrar o treinamento.
- Disponibilizar itens como caderno, apostila, caneta e marca-texto para os participantes.
- Garantir o serviço de coffee break durante o evento.
- Fornecer certificados aos participantes, contendo carga horária e conteúdo programático.

11. Informações para Pagamento:

O pagamento deverá ser efetuado em nome da empresa **De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ n. **65.953.657/0001-19**, por meio do **Banco do Brasil**, Agência **2363-9**, Conta Corrente **76611-9**, ou via **PIX**, utilizando a chave **65.953.657/0001-19**.

Fls. 140

12. Política de Cancelamento

- Cancelamento pelo Participante: O cancelamento da inscrição poderá ser realizado com até 7 (sete) dias úteis de antecedência ao evento. Após este prazo, não será possível cancelar, mas será permitida a substituição do participante.
- Cancelamento pela Empresa: A Empresa Capaccitar poderá adiar ou cancelar o curso por falta de quórum ou motivo de força maior, bem como substituir professores quando necessário.

13. Da Participação no Curso.

A inscrição deverá ser realizada diretamente pelo nosso site: www.capaccitar.com.br

A Capaccitar Treinamentos confirmará a realização do curso até 7 (sete) dias antes da data prevista, garantindo tempo para que o participante organize transporte, hospedagem e demais providências necessárias.

A inscrição somente será considerada efetivada após o envio da nota de empenho, autorização/ordem de serviço ou do pagamento da(s) inscrição(ões).

14. Informações Complementares

- Certificado emitido somente para participantes com mínimo de 75% de presença.

15. Dados da Empresa

- **Nome: De Carli Treinamentos – Capaccitar Brasil.**
- **CNPJ**: 65.953.657/0001-19.
- **E-mail:** atendimento.capaccitar@gmail.com.
- **Telefone:** (65) 99694-6662 ou 99915-6662.
- **Site: https://capaccitar.com.br/ e Instagram**: @capaccitartreinamentos

Fls. 121

BALIZAMENTO DE PREÇO

(65) 99915 6652 | 65 99910 6662
atendimento.capaccitar@gmail.com
@capaccitartreinamentos
www.capaccitar.com.br

Fls. 142

PREÇO DE MERCADO

A empresa **Capaccitar Brasil**, inscrita no CNPJ nº **65.953.657/0001-19**, especializada na capacitação e no aperfeiçoamento de servidores públicos, apresenta seu preço de mercado para cursos abertos com carga horária de 16 horas.

Para o exercício de 2026, informa-se que o valor médio praticado pela empresa para cursos presenciais de capacitação, com duração de 16 horas, é de R$ 2.099,00 por participante.

A Capaccitar Brasil reafirma seu compromisso com a oferta de treinamentos de alta qualidade, ministrados por profissionais experientes e voltados ao desenvolvimento técnico dos servidores públicos, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

Dessa forma, o presente valor representa o preço médio de mercado praticado pela empresa para cursos com características semelhantes, considerando carga horária, metodologia, material didático, estrutura de atendimento e qualidade técnica dos instrutores.

Prefeitura Sorriso	**Câmara Barra do Bugres**	**Prefeitura Água Boa**
R$ 2.099,00	R$ 1.999,00	R$ 2.099,00

Prefeitura Municipal de Cuiabá

Secretaria Municipal de Economia
Prefeitura Municipal de Cuiabá MT

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal: 6

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade
12/05/2026 10:09:56	12/05/2026	51034031265953657000119000000000000626051778594996

Emitente da NFS-e	Número da DPS	Data Emissão da DPS	Série da DPS
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://onlinecba.issnetonline.com.br/cuiaba/

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 65.953.657/0001-19 **Inscrição Municipal:** 336704 **Telefone:** 9915-6662
Nome/Razão Social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
Nome Fantasia: CAPACCITAR BRASIL
Endereço: Rua Barão de Melgaço, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; **CEP:** 78005-300
Cidade: Cuiabá **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: vanessa_carli@hotmail.com
Situação Simples Nacional: Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) **Regime Apuração:** Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo SN **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 03.953.742/0001-20 **Inscrição Municipal:** **Telefone:**
Nome/Razão Social: CAMARA MUNICIPAL BARRA DO BUGRES
Nome Fantasia: CAMARA MUNICIPAL BARRA DO BUGRES
Endereço: RUA BELO HORIZONTE, 70 **CEP:** 78390-000
Cidade: Barra do Bugres **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: kellecris10@hotmail.com

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO É O PRÓPRIO TOMADOR IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 08.02.01 **NBS:** 1.2205.20.00 **Atividade Municipal:** [8599-6/04] Treinamento em desenvolvimento profiss...
Local da Prestação: Cuiabá - MT **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$1.999,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO SOBRE O TEMA "FOLHA DE PAGAMENTO COM ÊNFASE EM eSOCIAL E LGPD" COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, QUE OCORREU NOS DIAS 07 E 08 DE MAIO DE 2026 NO ESPAÇO CDL EM CUIABÁ-MT, MINISTRADO PELA INSTRUTORA URSULA ZAMPIERI. DADOS COMPLEMENTARES: 01 PARTICIPANTE – R$ 1.999,00 DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 2363-9 CONTA CORRENTE: 76611-9

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$0,00
Base de Cálculo: R$1.999,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$39,98

Fls. 143

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** - **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: 030101 **Classif. Tributária:** 000001 **Situação Tributária:** Tributação integral
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Operação:** -
Tipo de Ente Governamental: Município **Perc. Red. Compra Gov.:** 0% **Base de Cálculo:** R$1.959,02

Alíq. CBS: 0,9%	**Perc. Red. Alíq. CBS:** -	**Alíq. Efet. CBS:** 0,9%	**Valor CBS:** R$17,63
Alíq. IBS Est.: 0,1%	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** -	**Alíq. Efet. IBS Est.:** 0,1%	**Valor IBS Est.:** R$1,96
Alíq. IBS Mun.: 0%	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** -	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** 0%	**Valor IBS Mun.:** R$0,00

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Alíq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
-	R$17,63	R$1,96	R$1.999,00	R$1.999,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.
• PROCON Municipal Cuiabá - Endereço: R. Joaquim Murtinho, 554 - Centro, Cuiabá - MT, 78020-290 Telefone: (65) 3632-6400 PROCON Estadual - MT - Endereço: Av. Gen. Ramiro de Noronha, 294 - 1º andar - Jardim Cuiaba, Cuiabá - MT, 78043-180 Telefone: (65) 3613-2100/151

Prefeitura Municipal de Cuiabá

Secretaria Municipal de Economia
Prefeitura Municipal de Cuiabá MT

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal: 9

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade
01/06/2026 10:31:41	01/06/2026	51034031265953657000119000000000009260617803243O3

Emitente da NFS-e	Número da DPS	Data Emissão da DPS	Série da DPS
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://onlinecba.issnetonline.com.br/cuiaba/

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 65.953.657/0001-19 **Inscrição Municipal:** 336704 **Telefone:** 9915-6662
Nome/Razão Social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
Nome Fantasia: CAPACCITAR BRASIL
Endereço: Rua Barão de Melgaço, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; **CEP:** 78005-300
Cidade: Cuiabá **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: vanessa_carli@hotmail.com
Situação Simples Nacional: Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) **Regime Apuração:** Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo SN **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 15.023.898/0001-90 **Inscrição Municipal:** **Telefone:** (66)3468-6400
Nome/Razão Social: MUNICIPIO DE AGUA BOA
Nome Fantasia: AGUA BOA GABINETE DO PREFEITO
Endereço: AV. PLANALTO, 410 **CEP:** 78635-000
Cidade: Água Boa **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: prefeitura@aguaboa.mt.gov.br

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO É O PRÓPRIO TOMADOR IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 08.02.01 **NBS:** 1.2205.20.00 **Atividade Municipal:** [8599-6/04] Treinamento em desenvolvimento profiss...
Local da Prestação: Cuiabá - MT **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$8.396,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO SOBRE O TEMA "CREDENCIAMENTO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP" COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, QUE OCORREU NOS DIAS 25 E 26 DE MAIO DE 2026 NO ESPAÇO CDL EM CUIABÁ-MT, MINISTRADO PELO INSTRUTOR ICARO BITAR, CONFORME NAD N. 3298-2026. DADOS COMPLEMENTARES: 04 PARTICIPANTES – R$ 2.099,00 CADA DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL AG: 46-9 CONTA CORRENTE: 37769-4 PIX: 31.825.556/0001-40

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$0,00
Base de Cálculo: R$8.396,00 **Alíquota:** 2% **Vl. ISSQN:** R$167,92

Fls.

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** - **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: 030101 **Classif. Tributária:** 000001 **Situação Tributária:** Tributação integral
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Operação:** Recebimento do pagamento com fornecimento já realizado
Tipo de Ente Governamental: Município **Perc. Red. Compra Gov.:** 0% **Base de Cálculo:** R$8.228,08

Alíq. CBS: 0,9%	**Perc. Red. Alíq. CBS:** -	**Alíq. Efet. CBS:** 0,9%	**Valor CBS:** R$74,05
Alíq. IBS Est.: 0,1%	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** -	**Alíq. Efet. IBS Est.:** 0,1%	**Valor IBS Est.:** R$8,23
Alíq. IBS Mun.: 0%	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** -	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** 0%	**Valor IBS Mun.:** R$0,00

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Aliq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
-	R$74,05	R$8,23	R$8.396,00	R$8.396,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.
• PROCON Municipal Cuiabá - Endereço: R. Joaquim Murtinho, 554 - Centro, Cuiabá - MT, 78020-290 Telefone: (65) 3632-6400 PROCON Estadual - MT - Endereço: Av. Gen. Ramiro de Noronha, 294 - 1º andar - Jardim Cuiaba, Cuiabá - MT, 78043-180 Telefone: (65) 3613-2100/151

Prefeitura Municipal de Cuiabá

Secretaria Municipal de Economia
Prefeitura Municipal de Cuiabá MT

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e
Número da Nota Fiscal: 19

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade
19/06/2026 15:59:02	19/06/2026	51034031265953657000119000000000001926061781899140

Emitente da NFS-e	Número da DPS	Data Emissão da DPS	Série da DPS
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://onlinecba.issnetonline.com.br/cuiaba/

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 65.953.657/0001-19 **Inscrição Municipal:** 336704 **Telefone:** 9915-6662
Nome/Razão Social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
Nome Fantasia: CAPACCITAR BRASIL
Endereço: Rua Barão de Melgaço, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; **CEP:** 78005-300
Cidade: Cuiabá **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: vanessa_carli@hotmail.com
Situação Simples Nacional: Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) **Regime Apuração:** Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo SN **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 03.239.076/0001-62 **Inscrição Municipal:** **Telefone:**
Nome/Razão Social: Prefeitura Municipal de Sorriso
Nome Fantasia: Prefeitura Municipal de Sorriso
Endereço: Avenida Porto Alegre, 2525 **CEP:** 78890-000
Cidade: Sorriso **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: solenirgobbi@hotmail.com

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO É O PRÓPRIO TOMADOR IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 08.02.01 **NBS:** 1.2205.20.00 **Atividade Municipal:** [8599-6/04] Treinamento em desenvolvimento profiss...
Local da Prestação: Cuiabá - MT **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$2.099,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO SOBRE O TEMA "CONTRATAÇÃO DIRETA EM COMUNICAÇÃO" COM CARGA HORÁRIA DE 16 (DEZESSEIS) HORAS, QUE OCORREU NOS DIAS 10 E 11 DE JUNHO DE 2026, NO ESPAÇO CDL EM CUIABÁ-MT, MINISTRADO PELO INSTRUTOR MAX MULLER, CONFORME ORDEM DE FORNECIMENTO N. 6699-2026, EMPENHO N. 10383-2026. DADOS COMPLEMENTARES: 01 PARTICIPANTE – R$ 2.099,00 DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 2363-9 CONTA CORRENTE: 76611-9 Pix: 65953657000119

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Retenção:** Não Retido **Valor Dedução:** R$0,00
Base de Cálculo: R$2.099,00 **Alíquota:** 2,01% **Vl. ISSQN:** R$42,19

Fls. 125

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** - **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: 030101 **Classif. Tributária:** 000001 **Situação Tributária:** Tributação integral
Município de Incidência: Cuiabá - MT **Tipo de Operação:** Recebimento do pagamento com fornecimento já realizado
Tipo de Ente Governamental: Município **Perc. Red. Compra Gov.:** 0% **Base de Cálculo:** R$2.056,81

Alíq. CBS: 0,9%	**Perc. Red. Alíq. CBS:** -	**Alíq. Efet. CBS:** 0,9%	**Valor CBS:** R$18,51
Alíq. IBS Est.: 0,1%	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** -	**Alíq. Efet. IBS Est.:** 0,1%	**Valor IBS Est.:** R$2,06
Alíq. IBS Mun.: 0%	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** -	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** 0%	**Valor IBS Mun.:** R$0,00

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Alíq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
-	R$18,51	R$2,06	R$2.099,00	R$2.099,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.
• PROCON Municipal Cuiabá - Endereço: R. Joaquim Murtinho, 554 - Centro, Cuiabá - MT, 78020-290 Telefone: (65) 3632-6400 PROCON Estadual - MT - Endereço: Av. Gen. Ramiro de Noronha, 294 - 1º andar - Jardim Cuiaba, Cuiabá - MT, 78043-180 Telefone: (65) 3613-2100/151

Fls. 146

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇO

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - "GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD na Prática)":

ITEM	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	Proposta	Preços Públicos Obtidos					Média de todos os valores obtidos (R$)	Mediana de todos os valores obtidos (R$)	Valor Método Sugerido Unitário Final (R$)	Valor Método Sugerido Total Final (R$)
					Empresa: De Carli Treinamentos Ltda CNPJ: 65.953.657/0001-19	**Orgão:** Câmara Municipal de Barra do Bugres/MT **NFS:** 6	**Orgão:** Municipio de Água Boa/MT **NFS:** 9	**Orgão:** Prefeitura Municipal de Sorriso/MT **NFS:** 19	**Radar TCE/MT** -	**Painel de Preços (PP)**				
					VALOR UNIT. (R$)	**VALOR UNIT. (R$)**		**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**				
1	00086670	Contratação de empresa para fornecimento serviços de capacitação de pessoal – CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD na Prática), .Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.	UNIDADE	1	1.740,00	1.999,00	2.099,00	2.099,00	-	-	1.984,25	2.049,00	**2.049,00**	**2.049,00**
VALOR ESTIMADO TOTAL (R$)														**2.049,00**

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 023/2025

Itiquira/MT, 10 de julho de 2026.

Fls. 12

Fls. 148

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

RELATÓRIO TÉCNICO CIRCUNSTANCIADO DO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

PROC ADM Nº 019/2026
INEXIGIBILIDADE N° 014/2026

1.DENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente relatório refere-se ao processo de: **Contratação de empresa para fornecimento serviços de capacitação de pessoal – CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD na Prática), .Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.**

2. FUNDAMENTAÇÃO

1

A pretensa contratação está fundamentada na Lei nº 14.133/2021, artigo 74, abaixo transcrito:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Resolução Interna nº 02/2023, de 13 de fevereiro de 2023, especialmente em seu Anexo V, que trata dos procedimentos administrativos para realização de pesquisa de preços.

Ainda que os entes subnacionais não estejam obrigados a observar a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem recomendado sua adoção por analogia, por meio de decisões e orientações técnicas.

Em especial, destaca-se a Decisão nº 1.1/2022 – Pleno do TCE-MT, na qual o Tribunal orienta os órgãos estaduais e municipais a utilizarem as diretrizes da referida Instrução Normativa como padrão metodológico mínimo, considerando sua adequação técnica à estimativa de preços e à eficiência dos processos de contratação pública.

3. METODOLOGIA

Se tratando de inexigibilidade, o balizamento foi realizado a partir da proposta apresentada pela empresa para a Câmara Municipal de Itiquira e contratações entre outros órgãos públicos junto a futura contratada, para o mesmo objeto, conforme abaixo citado:

a) **Cotação/Proposta da Empresa:** A empresa encaminhou proposta com valor global de R$ 1.740,00 (mil, setecentos e quarenta reais), para 01 (uma) inscrição, no valor individual de R$ 1.740,00 (mil, setecentos e quarenta reais), por participante.

b) **Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos**, contratações entre outros órgãos públicos junto a futura contratada, emitidos no período de até **1 (um) ano** anterior à data da autorização da inexigibilidade:

- **Nota Fiscal nº 6 do Órgão**: **Câmara Barra do Bugres/MT**, CNPJ: 03.953.742/0001-20 – Data da Emissão: 12/05/2026, Valor da Contratação R$ 1.999,00 (mil, novecentos e noventa e nove reais), Número de participantes 01 (um). Valor individual da inscrição R$ 1.999,00 (mil, novecentos e noventa e nove reais). Empresa Contratada: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA - CNPJ: 65.953.657/0001-19.

- **Nota Fiscal nº 9 do Órgão**: **Município de Água Boa/MT**, CNPJ: 15.023.898/0001-90 – Data da Emissão: 01/06/2026, Valor da Contratação R$ 8.396,00 (oito mil, trezentos e noventa e seis reais), Número de participantes 04 (quatro). Valor individual da inscrição R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais). Empresa Contratada: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA - CNPJ: 65.953.657/0001-19.

- **Nota Fiscal nº 19 do Órgão**: **Câmara Barra do Bugres/MT**, CNPJ: 03.953.742/0001-20 – Data da Emissão: 12/05/2026, Valor da Contratação R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais), Número de participantes 01 (um). Valor individual da inscrição R$ 2.099,00 (dois mil e noventa e nove reais). Empresa Contratada: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA - CNPJ: 65.953.657/0001-19.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

Ressalta-se que, nas Contratações acima citadas, se tratam do mesmo objeto, e do mesmo evento. Ofertados pela empresa da contratação ora pretendida, apresentando valores compatíveis.

4. TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS

Foram utilizadas **4 fontes de pesquisa de preços**, em conformidade com o **art. 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021**, que estabelece como quantitativo mínimo a coleta de **três preços,** visando assegurar maior confiabilidade e representatividade na definição do valor de referência.

Os preços obtidos foram organizados em planilha e submetidos a tratamento estatístico, com cálculo de média, considerando preço do próprio fornecedor, supra citado, pela natureza da contratação – Inexigibilidade.

A aplicação desses critérios visa assegurar a escolha da medida de tendência central mais adequada para estimativa do valor de referência.

A tabela a seguir resume os dados coletados: 3

Fonte	Valor (R$) por inscrição
1	1.740,00
2	1.999,00
3	2.099,00
4	2.099,00

Parâmetros estatísticos calculados por inscrição:

- Média: **R$ 1.984,25**
- Mediana: **R$ 2.049,00**
- Proposta **R$ 1.740,00** - O valor proposto na proposta da empresa, por inscrição

5.SUGESTÃO DO VALOR ESTIMADO

- Diante da análise estatística apresentada, obteve os valores:
- Média: **R$ 1.984,25**
- Mediana: **R$ 2.049,00**
- Proposta R$ **1.740,00** - O valor proposto na proposta da empresa, por inscrição

Diante da análise estatística realizada, supra citada, sugere-se para a contratação o valor apresentado pela empresa De Carli Treinamentos Ltda, para a Câmara Municipal de Itiquira, totalizando o valor global de $ 1.740,00 (mil, setecentos e quarenta reais), para 01 (uma) inscrição, resultando no valor individual R$ 1.740,00 (mil, setecentos e quarenta reais), por participante, tendo em vista ser mais vantajoso do que Média ou Mediana.

Obs.: *O valor final foi arredondado para duas casas decimais, a fim de evitar divergências geradas por frações decimais nas fórmulas e garantir maior precisão na estimativa.*

6.DO ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE COMPETENTE

Finaliza-se a presente peça técnica em conformidade com as normas vigentes, submetendo-se à apreciação e aprovação da Autoridade Competente (presidente) para deliberação, nos termos da Resolução nº 02/2023, Anexo V, art. 8º, §1º.

Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter estimativo, fundamentados na análise técnica realizada. Caso a Administração opte pela adoção de metodologia diversa da aqui sugerida como, por exemplo, a média aritmética ou outro critério de cálculo permitido, de acordo com IN SEGES/ME nº 65/2021, art. 6º, § 1º, solicita-se que tal decisão seja formalmente registrada antes do encaminhamento ao setor de compras (agente de contratação).

Se aprovado o valor sugerido, solicita-se, igualmente, que tal valor seja expressamente registrado na autorização do gestor competente, de forma a respaldar a continuidade do procedimento.

Na ausência de manifestação expressa, entender-se-á como tacitamente aprovada a metodologia ora proposta.

Por fim, recomenda-se o encaminhamento dos autos à Assessoria Jurídica para análise quanto à regularidade da pesquisa de preços e emissão de parecer, caso identifique eventuais riscos ou inconsistências.

Itiquira/MT, 10 de julho de 2026.

Joyce Cristina S de Oliveira

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 022/2026

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI EA - N º 019/2026

Itiquira-MT, 10 de julho de 2026.

DA: EQUIPE DE APOIO
PARA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SRA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA
SECRETÁRIA.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026.

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e em resposta vossa a **CI SAD nº 144/2026**, encaminhar-lhe o Demonstrativo da Composição de Preços, devidamente pautado no Art. 23 da lei 14.133/2021, para atender o objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD na Prática), .Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.

Solicito que o respectivo Demonstrativo da Composição de Preços e o Relatório Circunstanciado, sejam submetidos a Autoridade Competente para a devida apreciação e aprovação.

Caso a Autoridade Competente, adote posicionamento contrário ao sugerido do respectivo demonstrativo, sugere que a decisão seja formalmente registrada e anexada do respectivo processo.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Joyce Cristina S. de Oliveira

Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 022/2026

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000745/2026

Fls. 154

Número do processo: 000000745/2026 Número Único: F1A.HPD.SWT-TG

Requerente: EQUIPE DE APOIO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 10/07/2026

Assunto: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Súmula: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 019/2026

Observação: CI EA N° 019/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Fls. 155

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARECER CONTÁBIL Nº 037/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROTOCOLO NÚMERO ÚNICO JGI.3I4.MVX-9N DE 13/07/2026
ORIGEM: CI 145/2026 – SAD

Prezada Senhora,

Em atenção ao despacho supra citado, expedido por vossa senhoria e após análise, do contido na comunicação interna do órgão solicitante, informo-lhe a **EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS,** para assegurar o pagamento da obrigação, para atender o objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: IA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 14 H, PREVISTO PARA OS DIAS 16/07/2026 A 17/07/2026, CUIABÁ-MT.

FICHA: 08

ÓRGÃO	CÂMARA MUNICIPAL	01
UNIDADE	CÂMARA MUNICIPAL	001
FUNÇÃO	LEGISLATIVA	1
SUBFUNÇÃO	AÇÃO LEGISLATIVA	31
PROGRAMAS	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
PROJETO / ATIVIDADE	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
NATUREZA DA DESPESA	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

SALDO ESTIMADO A EMPENHAR: R$ 1.740,00 (um mil e setecentos e quarenta reais)
SALDO ATUAL DA FICHA: R$ 73.314,00 (setenta e três mil, trezentos e quatorze reais).

Itiquira-MT., 13 de julho de 2026.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Matrícula Funcional: 527
Portaria Legislativa 005/2025

Fls. 157

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA Nº 022/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: IA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 14 H, PREVISTO PARA OS DIAS 16/07/2026 A 17/07/2026, CUIABÁ-MT.

Eu, Sarah da Costa Rosa, no exercício do Cargo de Assessora Contábil, matrícula funcional 527, CPF 018.***.***81, nos termos do Art. 18 da Lei 14.133/2021, do Art. 72, IV, da Lei 14.133/2021, declaro que há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da despesa que se pretende realizar, conforme objeto acima citado, no valor estimado de total de **R$ 1.740,00 (um mil e setecentos e quarenta reais),** por meio das seguintes dotações orçamentárias:

FICHA: 08

ÓRGÃO	CÂMARA MUNICIPAL	01
UNIDADE	CÂMARA MUNICIPAL	001
FUNÇÃO	LEGISLATIVA	1
SUBFUNÇÃO	AÇÃO LEGISLATIVA	31
PROGRAMAS	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
PROJETO / ATIVIDADE	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
NATUREZA DA DESPESA	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00

SALDO ESTIMADO A EMPENHAR: R$ 1.740,00 (um mil e setecentos e quarenta reais)
SALDO ATUAL DA FICHA: R$ 73.314,00 (setenta e três mil, trezentos e quatorze reais).

Sendo a expressão da verdade e para que surta efeitos legais, firmo a presente declaração.

Itiquira-MT., 13 de julho de 2026.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Portaria Legislativa 005/2025

Estado de Mato Grosso
CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA
Controle da Despesa Orçamentária - Período de 01/01/2026 a 13/07/2026

Cadastro	Descrição	Código
Entidade:	**CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA**	
Despesa:		8
Orgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA	01
Unidade:	CÂMARA MUNICIPAL	001
Função:	LEGISLATIVA	1
Subfunção:	AÇÃO LEGISLATIVA	31
Programas:	PROCESSO LEGISLATIVO	0001
Projeto / Atividade:	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO	2.189
Natureza da Despesa:	APLICAÇÕES DIRETAS	3.3.90.00.00.00.00.00

Recurso	Dotação Inicial	Empenhado	Suplementado	Bloqueio	Desbloqueio	Saldo da Despesa
1.500.0000000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS						
	160.000,00	86.686,00	0,00	96.225,00	96.225,00	73.314,00
ldo da Dotação	160.000,00	86.686,00	0,00	96.225,00	96.225,00	73.314,00

SARAH DA COSTA ROSA
..561-**
Assessora Contábil

Fls. 160

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 145/2026 Itiquira - MT, 13 de julho de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
SRA. SARAH DA COSTA ROSA
ASSESSORA CONTÁBIL

Assunto: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Prezada Senhora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e solicitar de V.Sa., parecer contábil e declaração de disponibilidade de dotação orçamentária, para cobertura despesa, com capacitação de pessoal, junto a empresa: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ 65.953.657/0001-19, para atender o objeto abaixo citado, nas seguintes condições:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: IA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.** Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.

Processo Administrativo	Nº 018/2026
Inexigibilidade	Nº 013/2026
Quantidade de Participantes	01 (UM) SERVIDOR: ANFILOFIO PEREIRA CAMPOS SOBRINHO
Valor Individual da inscrição	R$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais).
Valor Global da Despesa	R$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais).

Sem mais para o momento, desde já agradeço.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL - "CURSO: IA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA":

ITEM	COD. TCE	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD	Proposta	Preços Públicos Obtidos					Média de todos os valores obtidos (R$)	Mediana de todos os valores obtidos (R$)	Valor Método Sugerido Unitário Final (R$)	Valor Método Sugerido Total Final (R$)
					Empresa: De Carli Treinamentos Ltda CNPJ: 65.953.657/0001-19	**Orgão:** Câmara Municipal de Barra do Bugres/MT **NFS:** 6	**Orgão:** Município de Água Boa/MT **NFS:** 9	**Orgão:** Prefeitura Municipal de Sorriso/MT **NFS:** 19	**Radar TCE/MT**	**Painel de Preços (PP)**				
					VALOR UNIT. (R$)	**VALOR UNIT. (R$)**		**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR UNIT. (R$)**				
1	00086670	Contratação de empresa para o fornecimento de serviços de capacitação de pessoal – CURSO: IA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.	UNIDADE	1	1.740,00	1.999,00	2.099,00	2.099,00	-	-	1.984,25	2.049,00	**2.049,00**	**2.049,00**
VALOR ESTIMADO TOTAL (R$)														**2.049,00**

Joyce Cristina S. de Oliveira
Joyce Cristina Silva de Oliveira
Membro da Equipe de Apoio
Portaria Legislativa 023/2025

Itiquira/MT, 10 de julho de 2026.

Fls.

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001122

Fls. 162

Número do processo: 000001122 Número Único: JGI.3I4.MVX-9N

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: DEPARTAMENTO CONTABILIDADE CPF/CNPJ do Beneficiário: 001.763.620-00138

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 13/07/2026

Assunto: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Súmula: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Observação: CI SAD N° 145/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: DEPARTAMENTO CONTABILIDADE

DPTO.CONT.CI Nº 146/2026 Itiquira-MT, 13 de julho de 2026.

Do: Departamento de Contabilidade

Para: **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
MARIA ROSENY FARIAS LIMA

Assunto: RESPOSTA CI SAD – Nº 145/2026.

Prezada Senhora,

Vimos pela presente cumprimentá-la cordialmente e em resposta a vossa comunicação interna em epígrafe, confirmar a existência de dotação orçamentária para cobertura do objeto abaixo descrito, valor total estimado de: **1.740,00 (hum mil, setecentos e quarenta reais),** conforme parecer contábil e anexo.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: IA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 14 H, PREVISTO PARA OS DIAS 16/07/2026 A 17/07/2026, CUIABÁ-MT.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Sarah da Costa Rosa
Assessora Contábil
CRC MT 020352/O-3
Matrícula Funcional: 527
Portaria Legislativa 005/2025

Anexo:
Parecer Contábil;
Declaração de compatibilidade com peças orçamentárias.

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000750/2026

Fls. 164

Número do processo: 000000750/2026 Número Único: T2O.MBI.BNI-OJ

Requerente: DEPARTAMENTO CONTABILIDADE CPF/CNPJ do Requerente: 001.763.620-00138

Endereço: Rua JOÃO BATISTA VIDOTTI, N° 407 SANTO ANTONIO, CEP: 78790-000, Município: Itiquira

Telefone: 6534911514

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

ituação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 13/07/2026

Assunto: RESPOSTA C.I

Súmula: RESPOSTA A CI SAD N° 145/2026

Observação: CI N° 146/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AUTORIZAÇÃO FINAL
DO GESTOR

Fls. 166

AUTORIZAÇÃO

Eu, Ediomar Gobbi, matrícula funcional 553, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, com base no uso das prerrogativas que me confere a Lei, **AUTORIZO** a Conclusão do **Processo Administrativo nº 019/2026, Inexigibilidade Nº 014/2026**, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de serviços de capacitação de pessoal conforme abaixo descrito, com base na Lei Federal 14.133/2021 e normas internas, a ser ministrado pela empresa: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**, nome fantasia: **CAPACCITAR BRASIL,** estabelecida Rua: Barão de Melgaço, N° 3988, Edif. Leblon, Apto 808, CEP 78.005-300, Bairro: Centro-Norte, Cuiabá - Mato Grosso, Tel: (65) 9915-6662, Email: vanessa_carli@hotmail.com, (Sócia Administradora), no Valor Global Máximo de R$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais), para pagamento de inscrição, da servidora Maria de Fátima Gomes da Silva, Coordenadora de Controle Interno, para participação do curso descrito no objeto abaixo,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (LGPD na Prática), Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso

Itiquira-MT, 13 de julho de 2026.

EDIOMAR GOBBI:59270411168

Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.07.13 09:18:47 -03'00'

EDIOMAR GOBBI
Presidente
(Gestão 2025/2026)

Fls. 167

ADEQUAÇÃO DE CÓDIGO

Fls. 168

CERTIDÃO Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2026

A Secretaria de Administração da Câmara Municipal de Itiquira, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, n.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP: 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (65) 3491-1514 ou (65) 9 9944-7513, E-mail: secretaria@itiquira.leg.mt.brno uso de suas atribuições administrativas.

CERTIFICA, para os devidos fins, que foi realizada a adequação do código de classificação junto ao Sistema Radar do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), em razão da liberação e disponibilização de novo código de classificação ocorrida no curso do processo de contratação.

Certifica, ainda, que a referida adequação teve por finalidade assegurar a correta classificação e o regular prosseguimento dos atos processuais, mantendo a conformidade das informações registradas no Sistema Radar, sem prejuízo à legalidade, à transparência e ao acompanhamento do processo de contratação.

OBJETO: SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE EMPRESA – CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD NA PRÁTICA), MODALDIDADE PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 14 HORAS.

CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO ITEM: 00090379393.

Por ser verdade, firma-se a presente certidão para que produza os efeitos legais e administrativos cabíveis.

Itiquira-MT, 13 de julho de 2026.

Maria Roseny Farias Lima
Matrícula Funcional nº 521
Secretaria de Administração

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Fls. 169

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

DETALHE DO ITEM: 00090379393

Download

SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL - CONTRATACAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVICOS DE CAPACITACAO DE PESSOAL – CURSO: GESTAO DOCUMENTAL E PROTECAO DE DADOS NA ADMINISTRACAO PUBLICA (LGPD NA PRATICA), MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORARIA: 14 HORAS.

Código:	Exercício:	Incluído em:
00090379393	2017	10/07/2026

Unidades de Fornecimento:

- ALUNO (cód.: 1974)
- DIARIA (cód.: 1089)
- HORA (cód.: 1091)
- MÊS (cód.: 1092)
- MODULO (cód.: 1934)
- REAL (cód.: 2715)
- UNIDADE (cód.: 1)

Grupo / Classe / Material ou Serviço:

SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS (cód 8) → SERVICOS NA AREA EDUCACIONAL (cód 803) → SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL (cód 31154)

realizar outra pesquisa

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

Fls. 170

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Fls. 171

ATA DA SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 019/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 014/2026

Em 13 de julho, às 10:30 (horário local), nas dependências da Câmara Municipal de Itiquira/MT, localizada na Rua João Batista Vidotti, 407, bairro Santo Antônio em Itiquira/MT, Eu, **Caroline de Oliveira Amaral,** matricula funcional 449, designada para atuar no Processo Administrativo supramencionado, conforme determinação da autoridade máxima do Poder Legislativo de Itiquira/MT, e em consonância com a Portaria Legislativa n° 021/2024, visando a realização da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 014/2026,** oriunda do processo administrativo n° 019/2026, em atendimento as disposições contidas na Lei n° 14.133/21, anexo I da Resolução Legislativa 002/2023 e demais legislações pertinentes, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD NA PRÁTICA), MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 14 HORAS, DATA PREVISTA: 16/07/2026 A 17/07/2026, LOCAL: CUIABÁ-MATO GROSSO**, fundamentações legais, razão da escolha da empresa justificada no termo de referência pela secretaria de administração Sra. Maria Roseny Farias Lima e a composição do preço estimado confeccionado pela equipe de apoio, devidamente balizado, assim como citado na página 147, tudo isso aliado às reais possibilidades orçamentárias e financeiras para a contratação e toda documentação juntada no auto do processo, conclui-se, no que compete a mim, agente de contratação, a manifestar que: Dando início a sessão, resta constar que a verificação da documentação de acordo com a Recomendação Legislativa 002/2023 da Controladoria Geral Legislativa desta Casa de Leis e conforme o artigo 9.12 do termo de referência, demonstrado abaixo:

Seq.	Descrição da documentação	Páginas
1	Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica junto ao TCU Tribunal de Contas da União – data da consulta: 09/07/2026 às 09:46	109
2	Certidão negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - data da consulta: 09/07/2026 às 08:17, n° de controle 6A4F.835A.CD27.D866 (nada consta)	110
3	Cartão CNPJ – Cadastro nacional de pessoal jurídica. (ativa) – emitido aos 09/07/2026 às 09:25	112 a 113
4	Certidão *Positiva com efeitos de Negativa* de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – código de controle: 8520.D32B.509C.F60D, emitida às 10:44:20 do dia	115 a 116

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

FL 172

	02/06/2026 com validade até 29/11/2026. Confirmação da autenticidade de certidões em 09/07/2026 às 07:22	
5	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF. Certificação n° 2026070403516546731586 informação obtida em 09/07/2026 às 08:52 Válida até: 02/08/2026.	117 a 118
6	Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários e não Tributários Estaduais Geridos pela Sefaz e à PGE do Estado do Mato Grosso. Certidão n° 0063704246	119
7	Certidão Negativa de Débitos Trabalhista. – Certidão n° 60466056/2026. Expedição: 09/07/2026 às 08:25 Válida até: 05/01/2027.	120
8	Certidão Negativa de Débitos Junto a Órgãos Públicos. Certidão n°: 998505/2026	121
9	Consulta opção simples nacional (OPTANTE desde 27/03/2026) data da consulta: 09/07/2026 às 08:28	123
10	Confirmado endereço através do Google Maps	125 a 126
11	Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Administração Pública do TCE-MT (nada consta) – verificado: 09/07/2026 às 07:29	128
12	Detalhamento da Penalidade - Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) (nada consta) – verificado: 09/07/2026 às 08:29	129

Em análise aos autos do processo constatou-se que a determinada contratação se encontra presente no Plano de Contratação Anual (PCA) aprovado pelo Decreto Legislativo n° 004/2025, Item 42, sequência 01, página 39, sendo assim, recomenda-se que o documento seja atualizado no prazo oportuno. Nota-se que conforme certidão anexada nas páginas 168 a 169, houve a adequação do código de classificação junto ao TCE-MT passando a ser utilizado o seguinte código **00090379393.** Concluindo, após verificação do processo, que a empresa **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA,** Nome Fantasia: "Capaccitar Brasil", CNPJ 65.953.657/0001-19, estabelecida na Rua Barão de Melgaço, 3988, Edif Leblon Apt 808, CEP 78.005-300, Bairro Centro-Norte, Cuiabá-MT, e-mail: vanessa_carli@hotmail.com, telefone (65) 9 9915 6662, encontra-se **REGULAR e HABILITADA,** para os fornecimentos do respectivo objeto no valor total de **R$ 1.740,00 (mil e setecentos e quarenta reais).** Itiquira-MT, em 13 de julho de 2026. xxxxxxxxxxx

CAROLINE DE OLIVEIRA AMARAL
Agente de Contratação
Portaria n° 021/2024

Fls. 173

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 147/2026 Itiquira – MT, 13 de julho de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: UNIDADE DE COMPRAS
SRA. CAROLINE OLIVEIRA AMARAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO.

Prezada Servidora,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-la cordialmente e encaminhar-lhe o Processo Administrativo Nº 018/2026, inexigibilidade nº 013/2026, objetivando contratação de empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ 65.953.657/0001-19,, conforme objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SER9VIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: IA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.

Processo Administrativo	Nº 018/2026
Inexigibilidade	Nº 013/2026
Quantidade de Participantes	01 (UM) SERVIDOR: ANFILOFIO PEREIRA CAMPOS SOBRINHO
Valor Individual da inscrição	R$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais).
Valor Global da Despesa	R$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais).

Solicito que após analise, que o processo supracitado, seja encaminhado a assessoria jurídica desta Casa para apreciação e parecer.

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001124

Fls. 174

Número do processo: 000001124 Número Único: 7KX.UIC.ZQM-HQ

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: UNIDADE DE COMPRAS CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 13/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO

Súmula: SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO

Observação: CI SAD N° 147/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: UNIDADE DE COMPRAS

Fls. 175

UNIDADE DE COMPRAS
COMUNICAÇÃO INTERNA- N º 060/2026

Itiquira-MT, 13 de julho de 2026.

Da: **UNIDADE DE COMPRAS**
Para: **SRA. MARIA ROSENY FARIAS LIMA**
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: **PROC.ADM. 019/2026.**

Vimos pelo presente para cumprimentá-la cordialmente e em resposta a CI SAD 147/2026, encaminhamos o processo de inexigibilidade de licitação n° 012/2026, oriundo do processo supracitado, objetivando a objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD NA PRÁTICA), MODALIDADE: PRESENCIAL, CARGA HORÁRIA: 14 HORAS, DATA PREVISTA: 16/07/2026 A 17/07/2026, LOCAL: CUIABÁ-MATO GROSSO**, devidamente justificado, para que seja submetido à parecer jurídico.

Sem mais, coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Caroline de Oliveira Amaral
Agente de Contratação
Portaria Legislativa 021/2024

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000000753/2026

Fls. 176

Número do processo: 000000753/2026 Número Único: 2UM.Q9Y.NWF-LN

Requerente: UNIDADE DE COMPRAS CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

Situação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 13/07/2026

Assunto: PROCESSO ADMINISTRATIVO

Súmula: PROCESSO ADMINISTRATIVO 019/2026

Observação: CI N° 060/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

Interessado: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

fls. 177

PARECER JURÍDICO

PARECER JURÍDICO N° 22/2026

Processo Adm. N° 19/2026

Inexigibilidade de Licitação n° 014/2026

Fls. 178

De: Felipe Douglas Santos Lucas/ Advogado da Câmara

Para: Gabinete da Presidência

Recebi em 14/09/26

EMENTA: RESPOSTA À CI. SAD 150/2026 – CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – ART. 74, III, "F", LEI N° 14.133/21 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS) – CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO – POSSIBILIDADE COM RECOMENDAÇÕES.

I. RELATÓRIO

Trata-se de encaminhamento para análise e emissão de parecer jurídico **conclusivo** acerca da legalidade da contratação pela Câmara Municipal de Itiquira-MT, da empresa DE CARLI TREINAMENTOS LTDA. – EPP (CAPACCITAR BRASIL), para a inscrição de servidora em curso prático de capacitação presencial: "GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD NA PRÁTICA)", entre os dias 16 e 17 de julho de 2026, em Cuiabá-MT.

Ao que importa para a análise, pretende-se a contratação direta do particular por inexigibilidade de licitação (art. 74, III, "f", da Lei n.° 14.133/2021), pelo valor de **R$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais)**.

Este é o singelo relatório. Passo a opinar.

Fls. 179

II. DA ANÁLISE JURÍDICA

II.I. FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria jurídica, tem-se que o parecer jurídico exarado por esta Assessoria veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionariedade conferida pela lei.

II.II – DA COMPETÊNCIA E DA OBRIGATORIEDADE DA ANÁLISE JURÍDICA

O art. 53, da Lei nº 14.133/21, a exemplo do que ocorria no âmbito da pretérita lei de licitações, dispõe sobre a obrigatoriedade de envio dos processos licitatórios para análise do órgão de assessoramento jurídico competente. Vejamos:

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

Fls. 180

A exigência do controle prévio de legalidade realizado pela competente assessoria jurídica não se excetua, inclusive nas hipóteses de contratação direta, como do caso sob análise, consoante se conclui pela leitura do artigo 72, III da Lei nº 14.133/21:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> ...
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

Neste contexto, não há dúvida de que é atribuição privativa desta Assessoria Jurídica promover o controle prévio de legalidade em relação aos processos licitatórios, bem como às contratações diretas.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

III.I – DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Prefacialmente, há que se verificar se a fase preparatória da contratação seguiu aos trâmites ditados pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

O art. 18 da referida lei, traz os critérios para o planejamento objetivo do órgão público que deverá fazer constar previsão de todas as suas contratações em documento único, consolidado anualmente e compatível com as leis orçamentárias – o Plano de Contratações Anual:

Art. 18. **A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual** de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, **sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias**, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
V - a elaboração do edital de licitação;
VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do

> objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
> XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.
> (...)

Nesta toada, apontamos a recente publicação do **Decreto Legislativo n° 004/2025 publicado em 12 de dezembro de 2025 que aprova o Plano de Contratação Anual da Câmara Municipal de Itiquira-MT, consentâneo com a Lei Orçamentária Anual.**

Importa mencionar que a contratação objetivada consta precisamente do ITEM 42 do Anexo do referido Decreto Legislativo.

Além disso, vale frisar que a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares encontra-se expressamente dispensada **(devidamente consignada a justificativa às fls. 25)**, consoante disposto no artigo **8°, II, "a" do Anexo IV da Resolução n° 02/2023, que regulamenta a Lei n° 14.133/21, no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Itiquira-MT**, *in verbis*:

> **Art. 8° A elaboração dos ETPs:**
> **II - Poderá ser dispensada nas hipóteses de:**
> **a) simplicidade do objeto ou quando o modo de seu fornecimento puder afastar a sua necessidade e da**

análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

Nestes termos, considerando a elaboração de Documento de Formalização de Demanda - DFD (fls. 16-23), bem como do Termo de Referência (fls. 27-47), entendemos que a etapa do planejamento foi satisfatoriamente executada nos ditames da Lei de Licitações e Contratos.

II.II - DA ANÁLISE JURÍDICA - DA POSSIBILIDADE E DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A novel Lei nº 14.133/2021, que substitui sua obsoleta antecessora (Lei nº 8.666/93), desponta pela necessidade de regulamentação do disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal.

A exigência de licitação decorre da necessidade de obtenção da melhor contratação, com a escolha da proposta mais vantajosa à Administração. Saliente-se, ademais, que o artigo 37, XXI da Constituição Federal prevê a possibilidade de lei ordinária fixar hipóteses em que a licitação deixa de ser obrigatória.

Sendo assim, a Lei 14.133/2021 prevê nos artigos 72 e seguintes, as hipóteses de contratação direta pela administração, que correspondem aos modelos de **dispensa e inexigibilidade de licitação.**

A diferença substancial existente entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação é que nos casos de inexigibilidade é inviável a competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração, **sendo que nos casos de dispensa a possibilidade de competição**

existe, no entanto, a lei faculta a dispensa do processo licitatório deixando a decisão à Administração, no exercício de sua competência discricionária.

Verifica-se, assim, que a licitação é a regra, no entanto, quando inviável a competição ela será inexigível. Havendo possibilidade de competição deverá haver licitação, ressalvados os casos previstos em lei como de dispensa de licitação.

Note-se que na inexigibilidade de licitação não estão presentes os pressupostos para uma escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração.

A exigência de licitação decorre da necessidade de preservação do interesse público, sendo que a sua realização no caso de inexigibilidade acabaria por prejudicar esse próprio interesse, na medida em que ou não seria selecionada qualquer proposta, ou a proposta selecionada não atenderia ao interesse público.

Desta forma, conclui-se que a ausência dos pressupostos lógicos, fáticos e jurídicos necessários para a realização da licitação, com lastro na inviabilidade de competição, configura o que a Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021) denominou de inexigibilidade de licitação, conforme dispõe o seu artigo 74, sendo que **uma vez caracterizada tal situação a decisão de não realizar o certame é vinculada**, não restando alternativa à Administração senão a contratação direta.

Ressalte-se, no entanto, que a inexigibilidade

de licitação será efetuada através de um procedimento com a observância dos princípios que regem a Administração, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando a seleção do contrato mais adequado e vantajoso à Administração.

O artigo 74, da Lei 14.133/93 traz as hipóteses de inexigibilidade de licitação. Com efeito, dispõe o referido artigo, *in verbis*:

> **Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**
> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
> II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
> **III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:**
> a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
> b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
> c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
> d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
> e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
> **f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**
> g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 1° Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

§ 2° Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

§ 3° Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4° Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que

tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5° Nas contratações com fundamento no inciso V do caput deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.

Verifica-se da análise de tal dispositivo legal, que as hipóteses previstas nos incisos são meramente exemplificativas, sendo que na existência de um caso concreto de inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das hipóteses ali referidas, aplica-se o caput do artigo.

No caso em tela, importante destacar o previsto no inciso III do artigo supracitado, traz **a enumeração dos serviços técnicos especializados aptos a elidir a licitação.**

Além disso, para a caracterização da inexigibilidade de licitação prevista neste inciso a lei exige, ainda, a **notória especialização, sendo vedada ainda a subcontratação a terceiros.**

No caso em apreço, a área demandante, apresentou no Termo de Referência (fls. 27-47), justificativa da contratação ante a necessidade de capacitação de servidora da Câmara.

Seguindo a análise devemos avaliar que o Termo de Referência cumpriu os requisitos mínimos dispostos no 6°, XXIII, da Nova Lei de Licitações, vejamos:

> Art. 6° Para os fins desta Lei, consideram-se:
> ...
> XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
> a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
> b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
> c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> d) requisitos da contratação;
> e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
> f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
> g) critérios de medição e de pagamento;
> h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
> i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
> j) adequação orçamentária;

Pois bem, para que se avalie a regularidade da

inexigibilidade de licitação, é necessário verificar inicialmente se o contratado possui notória especialização, requisito que caracteriza a inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos especializados. Mas, antes de tudo, precisamos nos socorrer ao conceito próprio de notória especialização, trazido pela Lei n° 14.133/2021 em seu artigo 6°, inciso XIX:

> Art. 6°. ... XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

De fato, analisando o presente caso, parece-me que os serviços prestados pela empresa, são de grande relevância para as atividades a serem executadas, uma vez que proporcionarão aperfeiçoamento esperado da servidora atualmente designada para o exercício das funções de coordenadora de controle interno.

Na mesma toada, no que tange à notória especialização, anexou-se aos autos, juntamente com a proposta do particular, prolífico currículo da palestrante, bem como o portifólio da pretensa contratada, acompanhado de diversos atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos da administração pública.

Ainda, para embasar o procedimento de inexigibilidade de licitação, é preciso observar o disposto no artigo 72 da Lei n° 14.133/93, *in verbis*:

> **Art. 72.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> **II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;**
> III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI - razão da escolha do contratado;
> VII - justificativa de preço;
> VIII - autorização da autoridade competente.
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Acerca da justificativa do preço, importante ressaltar que ela deve evidenciar a razoabilidade dos preços contratados, demonstrando ser esse valor razoável, ou seja, adequado, compatível e proporcional ao custo do bem ou serviço que se pretende adquirir. Tal comprovação se dará através de **ampla pesquisa de preços praticados no mercado**, de forma a demonstrar que o preço indicado é **compatível com os preços apurados na pesquisa. Nesse caso, ainda que seja inviável a cotação de preços com outras sociedades empresárias, em razão da exclusividade, é possível justificar o preço contratado com a apresentação dos preços praticados pelo fornecedor com outros entes públicos ou privados.** Nesse sentido, a Orientação Normativa/AGU 17 dispõe:

> "A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos".

Sobre esse tema, o doutrinador Marçal Justen Filho também afirma a existência de outros métodos possíveis para se evidenciar a razoabilidade dos preços. ***Na impossibilidade de justificar o preço com base em contratos anteriores firmados entre a Administração e o particular, o autor entende que "o contrato com a Administração Pública deverá ser praticado em condições econômicas similares com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional".***

Com relação aos preços, as seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

> "**É obrigatória a consulta aos preços correntes de mercado** quando da realização de todo e qualquer procedimento licitatório, **ainda que se trate de dispensa ou inexigibilidade de licitação.**" (Acórdão nº 1.945/2006, Plenário, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa)

> "No que concerne à aferição de superfaturamento e à consequente imputação de débito, a jurisprudência deste Tribunal é farta no sentido de que os **preços praticados pela executora devem estar compatíveis com os parâmetros de mercado**, sem prejuízo de se considerar a realidade fática enfrentada pelo gestor e as peculiaridades atinentes à execução de cada empreendimento (cito como exemplos os Acórdãos 2.008/2005, 798/2008, 1.287/2007, 1.375/2007, 438/2008, 678/2008 e 3.003/2009, todos do Plenário)."

(Acórdão n° 8.657/2011, 2ª Câmara, rel. Min. André Luís de Carvalho)

"Em procedimento de dispensa de licitação, devem constar, no respectivo processo administrativo, elementos suficientes para comprovar a compatibilidade dos preços a contratar com os vigentes no mercado ou com os fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, com os que constam em sistemas de registro de preços". (TCU. Acórdão 1607/2014-Plenário)

O balizamento do preço contemplou comparação dos preços praticados pelo futuro contratado, conforme notas fiscais consignadas entre as folhas 143 e seguintes, em observância ao disposto no § 4° do artigo 23 da Lei n° 14.133/2021. Atendendo minimamente às exigências legais, ao materializar o mapa comparativo de preços de fls. 147.

Saliente-se, finalmente, que, como dito, o procedimento de inexigibilidade de licitação também visa à seleção do contrato mais adequado e vantajoso para a Administração observando-se as peculiaridades do caso, de forma que o procedimento também deverá ser instruído com a verificação da necessidade e conveniência da contratação com a devida justificativa, além da comprovação da existência de recursos para a contratação. Ademais, também deverão ser preenchidos os requisitos de habilitação e contratação exigidos para a licitação.

II.II.I – DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/EMPENHO

A contratante deve atentar-se às exigências da legislação financeira e orçamentária, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, para os casos de criação, expansão ou

aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa (arts. 15 e 16) ou de atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado (art. 17). Recomenda-se atestar nos autos se trata-se ou não de tais casos, exigindo-se ou dispensando as providências.

Verifica-se, portanto, que, para qualquer contratação, independentemente do valor, deverá a Administração demonstrar e planejar a capacidade para efetuar o pagamento das despesas de custeio e contratos administrativos vigentes, em consonância com a Lei nº. 14.133/1993 e com as demais regras orçamentárias que prescrevem a impossibilidade de realização de qualquer despesa pública sem o prévio empenho ou de assunção de obrigações das quais decorrerão despesas públicas sem previsão orçamentária.

No caso, o Parecer Contábil nº 37/2026 (fls. 156) demonstra a existência de dotação orçamentária específica para a contratação, contudo, ainda pende a demonstração do respectivo empenho.

II.II.III – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA DA EMPRESA

Quanto às condições de capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira da empresa contratada, requisitos necessários para a continuidade contratual, verifico que foram acostados ao processo os documentos de habilitação e regularidade da segunda contratada.

Ressalte-se, todavia, **que é responsabilidade da área técnica analisar o teor dos documentos de habilitação, sua veracidade e adequação à condições do termo de referência,**

devendo atestar que o contratado preenche todos os requisitos de habilitação.

Recomenda-se que, na data de formalização da contratação, sejam conferidas as validades de todas as certidões, pois há possibilidade de vencerem ao longo do procedimento.

II.II.III - DA MINUTA DO CONTRATO

A contratação em apreço encontra respaldo legal no artigo 95, II da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

> Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:
>
> I - dispensa de licitação em razão de valor;
> II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.
>
> § 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.
> § 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Não fica dispensado, contudo, o dever de dar publicidade aos atos relativos ao processo de inexigibilidade.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, **sob os critérios estritamente legais do ato**, opina-se pela **possibilidade jurídica de formalização do negócio jurídico**, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, III, "f", da Lei n.º 14.133/2021, desde que:

- haja prévio empenho;

- se certifique a validade das certidões de habilitação do contratado, na finalização do processo de contratação; e,

- seja dada publicidade ao ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

Itiquira-MT, 14 de julho de 2026.

FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS
Advogado da Câmara – OAB/MT 15.237

ESTADO DE MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL ITIQUIRA

Comprovante de abertura - ITIQUIRA

Parâmetros: Numero_processo: 000001128

Data: 13/07/2026

Fls. 196

Número do processo: 000001128 Número Único: 8BC.GZX.STJ-F2

Requerente: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CPF/CNPJ do Requerente:

Endereço: Rua Não Informado, N° Não Informado Não Informado, CEP: Não Informado, Município: Não Informado

Telefone:

Beneficiário: FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS CPF/CNPJ do Beneficiário:

Local de Protocolização: 0101 - PROTOCOLO

Localização Atual: [PROTOCOLO]

Protocoloado por: DIANDRA.SILVA

ituação: Não analisado Procedência: Interna Prioridade: NORMAL

Protocolado em: 13/07/2026

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER

Súmula: SOLICITAÇÃO DE PARECER

Observação: CI SAD N° 150/2026

Protocolado por: DIANDRA ARIELLA SILVA

13/07/26

Interessado: FELIPE DOUGLAS SANTOS LUCAS

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI SAD 150/2026 Itiquira - MT, 13 de julho de 2026.

Da: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Para: FELIPE DOUGLAS
ADVOGADO

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER.

Prezado Senhor,

Sirvo-me da presente para cumprimentá-lo cordialmente e solicitar Parecer Jurídico, referente ao Processo Administrativo Nº 019/2026, Inexigibilidade **Nº 014/2026,** objetivando contratação de empresa: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ 65.953.657/0001-19, para capacitação de pessoal, valor global R$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais), para atender o objeto abaixo

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LGPD na Prática), .Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso

Processo Administrativo	Nº 019/2026
Inexigibilidade	Nº 014/2026
Quantidade de Participantes	01 (UM) SERVIDOR: MARIA DE FATIMA GOMES DA SILVA
Valor Individual da inscrição	R$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais).
Valor Global da Despesa	R$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais).

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

MARIA ROSENY FARIAS LIMA
Secretaria de Administração
Portaria Legislativa 001/2025

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

Fls. 198

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA NO ATO DA HOMOLOGAÇÃO

Fls. 199

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA, CONFORME RECOMENDAÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2023 DA CONTROLADORIA GERAL LEGISLATIVA

CADASTROS IMPEDITIVOS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Fls. 201

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/07/2026 10:04:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Fls. 202

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/07/2026 às 10:06) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 65.953.657/0001-19.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6A56.3438.0A57.9360 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Fls. 203

DOCUMENTOS DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES

Fls. 209

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
65.953.657/0001-19 **MATRIZ**		**26/03/2026**

NOME EMPRESARIAL	**DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	**CAPACCITAR BRASIL**
PORTE	**EPP**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	**85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	**Não informada**
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA	**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**
LOGRADOURO	**R BARAO DE MELGACO**
NÚMERO	**3988**
COMPLEMENTO	**EDIF LEBLON APT 808**
CEP	**78.005-300**
BAIRRO/DISTRITO	**CENTRO-NORTE**
MUNICÍPIO	**CUIABA**
UF	**MT**
ENDEREÇO ELETRÔNICO	**VANESSA_CARLI@HOTMAIL.COM**
TELEFONE	**(65) 9915-6662 / (0000) 0000-0000**
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)	*****
SITUAÇÃO CADASTRAL	**ATIVA**
DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	**26/03/2026**
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL	********
DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/07/2026** às **10:06:41** (data e hora de Brasília).

Fls. 205

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
65.953.657/0001-19
NOME EMPRESARIAL:
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **14/07/2026** às **10:06:57** (data e hora de Brasília).

Fls. 206

SITUAÇÃO FISCAL

Fls. 207

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 65.953.657/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

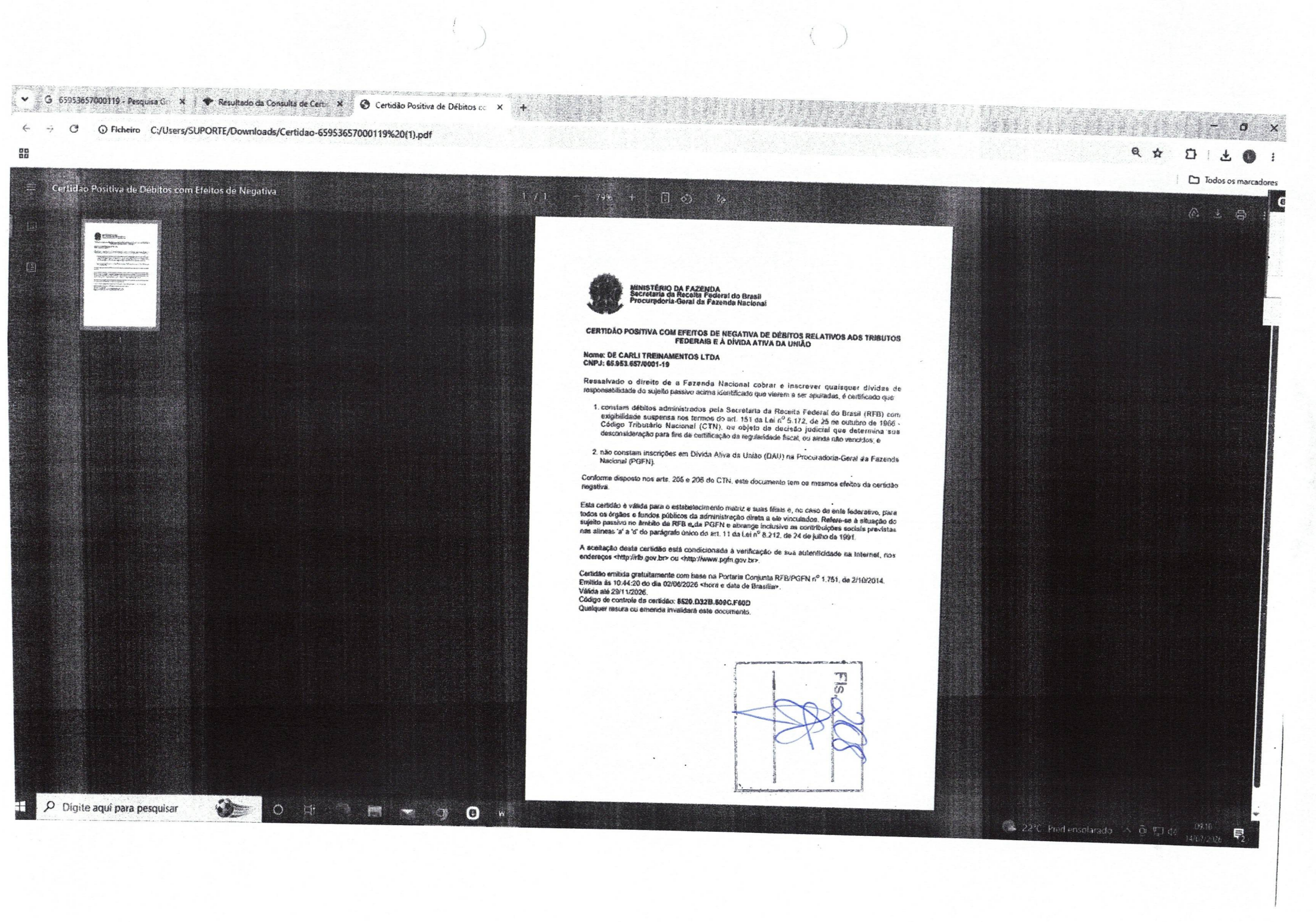
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:44:20 do dia 02/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/11/2026.
Código de controle da certidão: **8520.D32B.509C.F60D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.


65953657000119 - Pesquisa
Resultado da Consulta de Certi
Certidão Positiva de Débitos co
Ficheiro C:/Users/SUPORTE/Downloads/Certidao-65953657000119%20(1).pdf
Todos os marcadores
Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa
1 / 1
79%
MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO
Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 65.953.657/0001-19
Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:
1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:44:20 do dia 02/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 29/11/2026.
Código de controle da certidão: 8520.D32B.809C.F60D
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Fls. 208
Digite aqui para pesquisar
22°C Pred ensolarado
14/07/2026

Fls. 209

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 65.953.657/0001-19

Razão social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Endereço: R BARAO DE MELGACO 3988 EDIF LEBLON/ CENTRO-NORTE / CUIABA / MT / 78005-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/07/2026 a 02/08/2026

Certificação Número: 2026070403516546731586

Informação obtida em 14/07/2026 10:11:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. 210

Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 2.3

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 65.953.657/0001-19
Razão social: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
04/07/2026	04/07/2026 a 02/08/2026	2026070403516546731586
10/06/2026	10/06/2026 a 09/07/2026	2026061003576546731500
14/05/2026	14/05/2026 a 12/06/2026	2026051410016546731565
20/04/2026	20/04/2026 a 19/05/2026	2026042014586546731582

Resultado da consulta em 14/07/2026 10:11:56

Voltar

Fls. 211

ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS ESTADUAIS GERIDOS PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CND Nº 0063704246

Finalidade: **CERTIDÃO CONJUNTA DE PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS JUNTO À SEFAZ E À PGE DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Data da emissão: **10/07/2026** Hora da emissão: **09:13:16**

Nome/denominação do sujeito passivo: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **65.953.657/0001-19**

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta n° 008/2018-PGE/SEFAZ, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, e nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da Dívida Ativa do Estado, junto à Procuradoria-Geral do Estado, pendência, em nome do sujeito passivo acima indicado.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir e/ou inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.
OBS. A presente Certidão não alcança o cumprimento de obrigações cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND e/ou da Dívida Ativa.
A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via internet nos endereços www.sefaz.mt.gov.br ou www.pge.mt.gov.br.

Certidao válida até: **07/09/2026.**
Fornecimento gratuito

Número de Autenticação: **2MATBLL2L729T2BA**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 65.953.657/0001-19
Certidão nº: 61572542/2026
Expedição: 14/07/2026, às 10:13:39
Validade: 10/01/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **65.953.657/0001-19, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PROCURADORIA GERAL
PROCURADORIA FISCAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS

NÚMERO DA CERTIDÃO		PROCESSO	EXERCÍCIO
998505/2026	**2208266**		**GERAL**

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL
735593674	**LANCAMENTOS DIVERSOS - 560101**

Fls. 213

310388815472612026070726096

NOME
DE CARLI TREINAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ	RG/INSCR. ESTADUAL
65.953.657/0001-19	**00000000000**

ENDEREÇO
Rua BARAO DE MELGACO, 3988 - EDIF: LEBLON; APT: 808; - CENTRO NORTE - CUIABA/MT

BAIRRO	FINALIDADE
CENTRO NORTE	

Certificamos que até a presente data não encontramos em nome do requerente, débitos de qualquer natureza, inclusive inscritos em divida ativa da prefeitura municipal de Cuiaba. Fica ressalvado o direito de cobrança pela fazenda Municipal, a qualquer titulo, de dividas que venham a ser apuradas de responsabilidade do contribuinte acima qualificado.

Cuiabá/MT, quinta-feira, 09 de julho de 2026

RICARDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
Procurador do Município de Cuiabá
Mat. 4859840
OAB/MT 19.464B

Certidão valida até 07 de Outubro de 2026.

A Autenticidade da Certidão poderá ser confirmada em: https://portalfazenda.cuiaba.mt.gov.br

Fls. 214

CONSULTA OPÇÃO SIMPLES NACIONAL

Data da consulta: 14/07/2026 10:15:11

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

Fls. 215

CNPJ: **65.953.657/0001-19**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**

Situação Atual

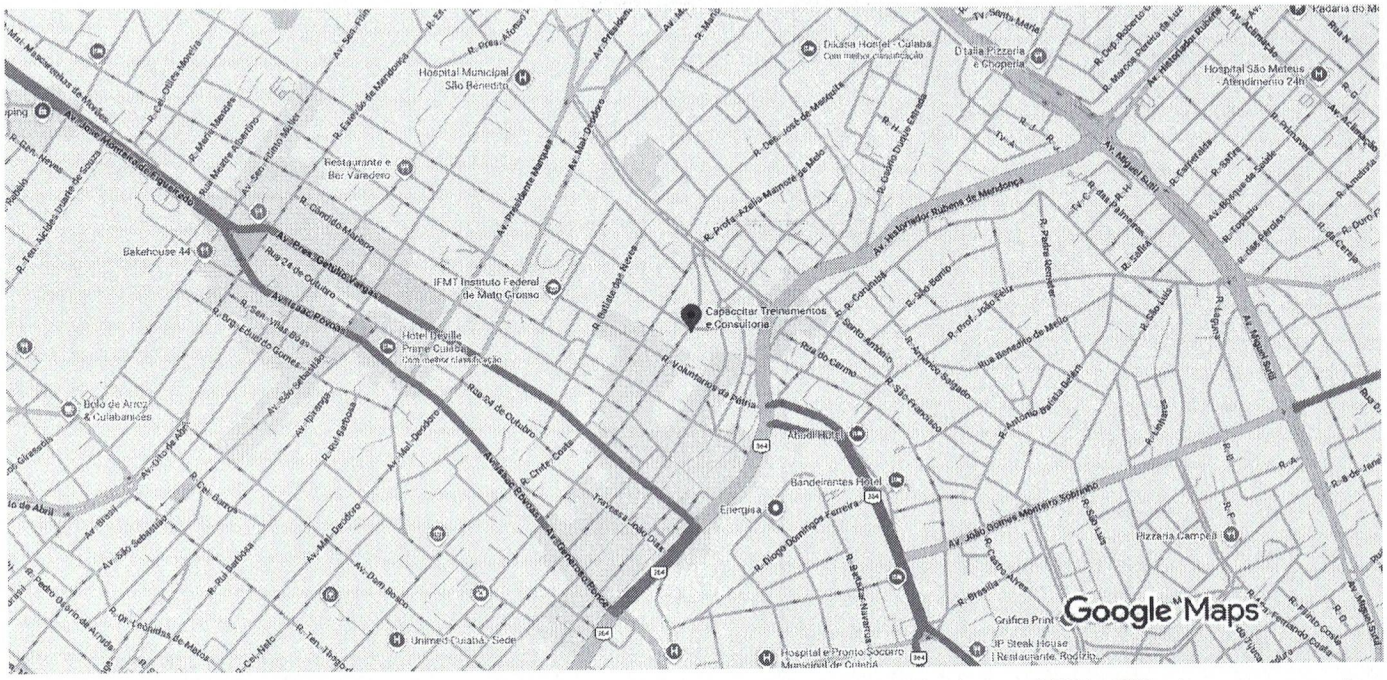
Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 27/03/2026**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

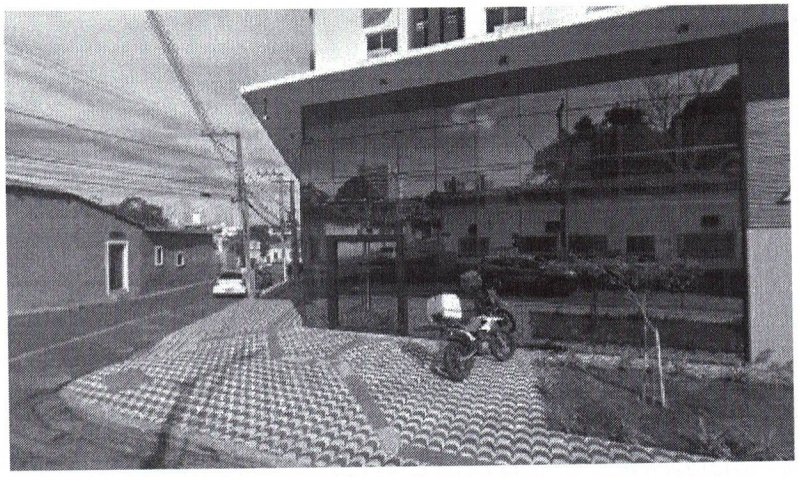
Voltar | Gerar PDF

GOOGLE MAPS

Google Maps Capaccitar Treinamentos e Consultoria



Imagens ©2026 ,Dados do mapa ©2026 200 m



Fls. 217

Capaccitar Treinamentos e Consultoria

3,0 ★★★ (1)

Consultoria

Vista geral Críticas

Direções Guardar Imediações Enviar para telemóvel Partilhar

Edif. Leblon - R. Barão de Melgaço, 3988 - Sl 808 - Centro, Cuiabá - MT, 78005-300

Aberto · Fecha às 18:00

capaccitar.com.br

(65) 99915-6662

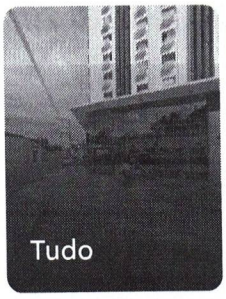
CW44+J4 Centro, Cuiabá - MT

O seu histórico do Maps

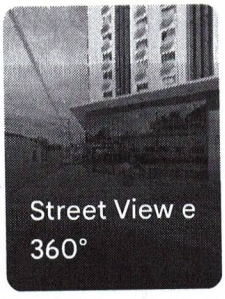
Fls. 218

Sugerir edição

Fotografias e vídeos







+ Adicione fotos e vídeos

Resumo de críticas

5
4
3
2
1

3,0

1 crítica

Escreva uma crítica

Críticas

Ordenar

ZurK

há 3 meses

As pessoas também pesquisam

Fl. 219

CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS

Portal de Serviços

do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Fls. 220

ENTRAR COM MEU USUÁRIO

Cadastro de Empresas Inidôneas

Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Admistração Pública do TCE-MT

* DATA DE ATUALIZAÇÃO: 14/07/2026 09:15

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	UF	Data Inicial	Data Final	Prazo	Decisão
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	29/05/2026	29/11/2026	6 meses	1774140/2024
26722006000166	D3 COMERCIO E SERVICO LTDA	MT	27/04/2026	27/10/2026	6 meses	1774140/2024
34857667000127	LIFE MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA	TO	13/11/2024	13/11/2026	2 anos	171069/2020
51659341000104	ROCHA BORGES ENGENHARIA CIVIL LTDA	MT	02/06/2025	02/06/2030	5 anos	1804979/2024

Tribunal de Contas de Mato Grosso - Copyright © 2018

O portal do TCE-MT utiliza cookies para melhorar a sua experiência de navegação. Ao continuar navegando você concorda que o tratamento de dados será feito na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Todos os cookies, exceto os essenciais, necessitam de seu consentimento para serem executados. Para saber mais acesse nossas políticas

Aceitar

DADOS ATUALIZADOS

Dados atualizados até: 10/07/2026

Dados da consulta: 14/07/2026 10:15:55

FILTROS APLICADOS:

Busca Livre: 65953657000119

Consulta

CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL/NOME FANTASIA	UF DO SANCIONADO	MOTIVO DO IMPEDIMENTO	ÓRGÃO SANCIONADOR	NÚMERO DO CONVÊNIO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado						

Fls.

Fls. 222

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo Nº 019/2026
Inexigibilidade Nº 014/2026

RECONHEÇO E HOMOLOGO com base na Lei Federal de Licitação 14.133/21, o processo de inexigibilidade de licitação nº 14/2026, oriundo do processo administrativo nº 019/2026, com fundamento no artigo 74, III, f, da Lei 14.133/21, para a empresa: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**, nome fantasia: **CAPACCITAR BRASIL,** CNPJ 65.953.657/0001-19, estabelecida Rua: Barão de Melgaço, N° 3988, Edif. Leblon, Apto 808, CEP 78.005-300, Bairro: Centro-Norte, Cuiabá - Mato Grosso, Tel: (65) 9915-6662, Email: vanessa_carli@hotmail.com, Representada por Vanessa Arruda de Carli Esteves (Sócia Administradora), para fornecer o objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (LGPD na Prática), Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.

PARTICIPANTE: 01 (um)

VALOR GLOBAL: R$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais).

Itiquira-MT, 14 de julho de 2026.

EDIOMAR GOBBI:59270411168
Assinado de forma digital por EDIOMAR GOBBI:59270411168
Dados: 2026.07.14 14:08:26 -03'00'

EDIOMAR GOBBI
Ver. Presidente
(Gestão 2025/2026)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: IA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.** Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.

PARTICIPANTE: 01 (um)

VALOR GLOBAL: R$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais).

Itiquira-MT, 14 de julho de 2026.

EDIOMAR GOBBI

Ver. Presidente

(Gestão 2025/2026)

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo Nº 019/2026

Inexigibilidade Nº 014/2026

RECONHEÇO E HOMOLOGO com base na Lei Federal de Licitação 14.133/21, o processo de inexigibilidade de licitação nº 14/2026, oriundo do processo administrativo nº 019/2026, com fundamento no artigo 74, III, f, da Lei 14.133/21, para a empresa: **DE CARLI TREINAMENTOS LTDA**, nome fantasia: **CAPACCITAR BRASIL,** estabelecida Rua: Barão de Melgaço, N° 3988, Edif. Leblon, Apto 808, CEP 78.005-300, Bairro: Centro-Norte, Cuiabá - Mato Grosso, Tel: (65) 9915-6662, Email: vanessa_carli@hotmail.com, Representada por Vanessa Arruda de Carli Esteves (Sócia Administradora), para fornecer o objeto abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – **CURSO: GESTÃO DOCUMENTAL E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (LGPD na Prática), Modalidade: Presencial, Carga Horária: 14 horas, Data Prevista: 16/07/2026 a 17/07/2026, Local: Cuiabá-Mato Grosso.

PARTICIPANTE: 01 (um)

VALOR GLOBAL: R$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais).

Itiquira-MT, 14 de julho de 2026.

EDIOMAR GOBBI

Ver. Presidente

(Gestão 2025/2026)

COORDENADORIA DE COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 020/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 020/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: **MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **86.729.324/0002-61**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS E LONGARINAS**

Valor Global: R$ 968.809,60 (novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e nove reais e sessenta centavos)

Adesão nº 005/2026

COORDENADORIA DE COMPRAS
INSTRUMENTO CONTRATUAL: NOTA DE EMPENHO Nº 10532/2026

PRONTO PAGAMENTO COMPRAS E SERVIÇOS Nº 056/2026

A **Prefeitura Municipal de Itiquira**, por intermédio da **Coordenadoria de Compras**, torna pública a contratação direta sob o regime de pronto pagamento, com fundamento no **art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021** e no **Decreto Municipal nº 042/2024**.

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de ração, a fim de atender à demanda do Canil Municipal.

Contratada: Agropecuária Itiquira Ltda.

CNPJ: 41.084.939/0001-69

Valor total: R$ 8.699,60 (**oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta centavos**).

Empenho nº: 10532/2026

Autorização de Fornecimento nº: 2825/2026

Itiquira/MT, em 14 de julho de 2026.

ROSANGELA EVANGELISTA DOS SANTOS

Coordenadora de Compras Públicas

Fls. 227

COORDENADORIA DE COMPRAS
INSTRUMENTO CONTRATUAL: NOTA DE EMPENHO Nº 10531/2026

COMPRAS E SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO Nº 057/2026

Empenho nº 10531/2026 – Autorização de Fornecimento nº 2877/2026

A **Prefeitura Municipal de Itiquira**, por meio da **Coordenadoria de Compras**, torna público que realizou a contratação de empresa para a **aquisição de uniformes**, por meio de procedimento de pronto pagamento, com fundamento no **art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021** e no **Decreto Municipal nº 042/2024**.Foi contratada a empresa **Rute Torres de Araújo**, inscrita no **CNPJ nº 49.697.247/0001-06**, pelo valor total de **R$ 13.008,00 (treze mil e oito reais)**.

Itiquira/MT, em 14 de julho de 2026.

ROSANGELA EVANGELISTA DOS SANTOS

Coordenadora de Compras

COORDENADORIA DE COMPRAS
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ARP N° 052/2025

Nº 021/2026

1º Termo Aditivo à ARP nº 052/2025

Partes: **Prefeitura Municipal de Itiquira/MT e** JC Fenix Distribuição Ltda. **- CNPJ nº** 56.689.278/0001-72

Objeto: **O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da** Ata de Registro de Preços nº 052/2025**, por mais** 12 (doze) meses**, compreendendo o período de** 03/06/2026 a 03/06/2027**.**

Data de assinatura: **03/06/2026**
